

HISTÓRIA COMPARADA

IMPÉRIOS

Volume 6 - Califados, Bizâncio, Tang e novas formações imperiais: universalidades, fragmentação e redes

Mediterrâneo, África, Ásia e oceano Índico - religiões, cidades, fronteiras e redes

Mediterrâneo, África, Ásia e oceano Índico (c. 600-1000 d.C.) | Edição Definitiva 2026

Texto original com referências acadêmicas e roteiro de estudo

Leonel Edmundo Junior

Apresentação

Este sexto volume acompanha quatro séculos em que antigas unidades imperiais foram reconstruídas, divididas ou reinterpretadas. Entre aproximadamente 600 e 1000 d.C., os primeiros califados conectaram regiões antes governadas por romanos e sassânidas; o Império Romano oriental sobreviveu a perdas profundas e voltou a expandir-se; Tang organizou uma vasta ordem política no Leste Asiático; e numerosas formações africanas, indianas, europeias, centro-asiáticas e do Sudeste Asiático articularam outras linguagens de soberania. Não existe um único centro capaz de resumir esse mundo.

O volume trata "império" como problema histórico, não como rótulo automático. Califado, basileia romana, tianxia, khaganato, reino sacral, mandala e hegemonia mercantil não eram palavras equivalentes. Cada uma relacionava território, pessoas, tributo, fé, parentesco, cidades e fronteiras de maneira própria. A comparação será controlada: aproximaremos mecanismos semelhantes sem apagar diferenças de escala, documentação ou vocabulário político.

Pergunta central

Como projetos universalistas e formas regionais de soberania entre c. 600 e 1000 d.C. governaram sociedades conectadas por guerra, religião, cidades e rotas, e por que a fragmentação política tantas vezes reorganizou - em vez de simplesmente destruir - instituições, redes e identidades?

Como usar este volume

Leia primeiro os capítulos 1 e 2 para fixar método, mapas e sincronismos. Depois, escolha uma rota regional: califados, capítulos 3 a 5; Bizâncio e Europa, capítulos 6 a 8; Leste e Sudeste Asiático, capítulos 9 a 11; Índia e Ásia interior, capítulos 12 e 13; África e oceano Índico, capítulos 14 e 15. O capítulo 16 recompõe a comparação global. Os apêndices permitem consultar datas, coexistências, conceitos, fontes e atividades sem reler toda a narrativa.

Cada capítulo responde a cinco perguntas recorrentes: quais evidências sustentam a reconstrução; como ocorreu a formação ou expansão; como o poder funcionava; como pessoas e grupos colaboraram, negociaram ou resistiram; e quais legados ou controvérsias permaneceram. As "leituras-base" não são citações exaustivas: indicam obras de partida para conferência e aprofundamento.

Autoria, pesquisa e uso editorial

O texto, a estrutura explicativa, as sínteses e as comparações deste volume foram redigidos originalmente para esta coleção. Fatos históricos, nomes e datas pertencem ao conhecimento histórico; interpretações e reconstruções foram confrontadas com a bibliografia e as fontes indicadas. Texto, organização e edição: Leonel Edmundo Junior. Apoio de pesquisa e redação: inteligência artificial.

Este material pode servir de base para estudo, aulas, roteiros, blog, vídeo ou podcast. Ao adaptá-lo, é recomendável preservar a bibliografia, verificar novamente cronologias ou interpretações debatidas e manter a distinção entre evidência, hipótese e convenção historiográfica.

Convenções

- As datas são aproximadas quando a documentação não permite precisão maior. "c." significa cerca, isto é, "por volta de".
- "Bizantino" é usado como convenção historiográfica; seus habitantes se entendiam como romanos.
- "Islâmico" pode indicar religião, cultura ou contexto político. O texto especifica o sentido sempre que a distinção é importante.
- "Árabe" não equivale automaticamente a "muçulmano"; populações árabes incluíam diferentes comunidades religiosas, e o mundo islâmico tornou-se rapidamente multiétnico e multilíngue.
- "Estado" designa uma organização política capaz de arrecadar, julgar, negociar e mobilizar recursos, sem pressupor burocracia moderna.
- Fronteiras são tratadas como zonas variáveis de circulação, fortificação, negociação e soberania sobreposta.
- Níveis de segurança: seguro, quando múltiplas evidências convergem; provável, quando a melhor explicação ainda admite alternativas; debatido, quando cronologia ou interpretação permanecem abertas.

Sumário

Apresentação.....	2
Mapa dos 14 volumes da coleção.....	5
1. Evidências, periodização e escalas entre 600 e 1000.....	6
2. O mundo por volta de 600: heranças e novas possibilidades.....	8
3. Primeiros califados: comunidade, conquista e guerra civil.....	10
4. O Califado Omíada: governo, arabização e diversidade.....	12
5. Abássidas e califados concorrentes: integração e fragmentação.....	14
6. O Império Romano oriental: sobrevivência e transformação.....	16
7. Bizâncio entre iconoclasmo, fronteiras e expansão.....	18
8. Reinos pós-romanos: carolíngios, otônidas e novas periferias.....	20
9. Tang: formação de uma ordem imperial eurasiática.....	22
10. Depois do auge Tang: rebelião, regionalização e novos estados.....	24
11. Coreia, Japão, Vietnã e Sudeste Asiático.....	26
12. Índia entre impérios regionais e soberanias conectadas.....	28
13. Tibete, turcos, uígures, cazares e impérios das estepes.....	30

14. Áfricas entre Nilo, Sahel, planaltos e costas.....	32
15. Oceano Índico, cidades e comunidades mercantis.....	34
16. Comparação final: universalidades, redes e fragmentação.....	36
Apêndice A. Cronologia analítica.....	38
Apêndice B. Quadros de coexistência.....	43
Apêndice C. Matrizes comparativas.....	46
Apêndice D. Glossário essencial.....	49
Apêndice E. Laboratório de fontes e atividades.....	52
Bibliografia comentada.....	57
Fontes digitais, cursos e documentários sérios.....	63

Mapa dos 14 volumes da coleção

A coleção principal percorre mais de quatro milênios de história imperial. Os recortes abaixo são pontos de observação comparativa: processos atravessam as fronteiras entre volumes e, quando necessário, os livros se sobrepõem deliberadamente.

Volume	Recorte	Função no percurso da coleção
1	Fundamentos	Como surgem, funcionam e se transformam: método comparativo, poder, administração, economia, legitimidade, resistência e transformação.
2	c. 2350-539 a.C.	Primeiros impérios da Antiguidade: Mesopotâmia, Egito, Anatólia e Levante.
3	c. 559-30 a.C.	Da Pérsia aos reinos helenísticos: Aquemênidas, Alexandre, sucessores e conexões mediterrânicas e asiáticas.
4	c. 30 a.C.-300 d.C.	Roma, Pártia, Han e Cuchana: impérios conectados entre Mediterrâneo, Irã, Índia e China.
5	c. 224-650	Roma tardia, Sassânidas, Guptas e confederações das estepes: transformação da ordem antiga.
6	c. 600-1000	Califados, Bizâncio, Tang e novas formações imperiais: universalidades, fragmentação e redes.
7	c. 1000-1300	Song, sultanatos, cruzadas e expansão mongol: muitos centros e conexões afro-eurasiáticas, com comparação americana.
8	c. 1300-1500	Da fragmentação mongol às novas potências: epidemias, redes globais e recomposição política.
9	c. 1500-1700	Conexões oceânicas e impérios da primeira modernidade: conquista, comércio, trabalho forçado e resistência.
10	c. 1700-1850	Impérios, revoluções, industrialização e novas colonizações: reformas, emancipações e transformação do trabalho.
11	c. 1850-1914	Industrialização, nacionalismos e imperialismo de alta intensidade: conquistas, migrações e resistências.
12	c. 1914-1945	Guerras mundiais, revoluções e crise dos impérios: fascismos, colonialismos e autodeterminação.
13	c. 1945-1991	Descolonização, Guerra Fria e novos imperialismos: superpotências, revoluções e soberanias incompletas.
14	c. 1991-2026	Globalização, ordem unipolar e impérios em rede: intervenções, finanças, tecnologia e novas rivalidades.

Nota de periodização: os limites entre volumes não são “paredes” cronológicas. Sobreposições preservam continuidade quando uma transformação pertence simultaneamente ao encerramento de uma ordem e à formação de outra.

1. Evidências, periodização e escalas entre 600 e 1000

1.1 Quatro séculos que não formam uma "idade escura"

O intervalo 600-1000 foi durante muito tempo organizado por narrativas regionais: "Alta Idade Média" na Europa, "era de ouro" islâmica, apogeu e queda Tang na China, "reinos regionais" na Índia ou fase pouco documentada em partes da África. Essas expressões não descrevem a mesma experiência. A diminuição de certos arquivos no antigo Ocidente romano coincidiu com enorme produção documental em árabe, grego, chinês, siríaco, tibetano, sânscrito e outras línguas. Em vez de uma época de desaparecimento, encontramos deslocamento de centros, novos suportes de escrita e diferentes relações entre memória, poder e território.

A periodização deste volume é deliberadamente sobreposta ao Volume 5. Os anos 600-650 pertencem simultaneamente ao final da Antiguidade Tardia e ao início de novas ordens. A sobreposição impede que uma linha divisória artificial transforme a conquista árabe, a sobrevivência romana ou o início Tang em acontecimentos sem passado.

1.2 Fontes para os primeiros califados

O Alcorão, inscrições, papiros, moedas, selos, documentos fiscais e edifícios oferecem evidências próximas aos séculos VII e VIII. Narrativas árabes sistemáticas sobre as conquistas foram muitas vezes registradas mais tarde e organizaram tradições transmitidas por redes de autoridades. Crônicas siríacas, gregas, armênias, coptas e latinas oferecem perspectivas externas, mas também têm agendas próprias. Nenhuma categoria deve ser considerada transparente: uma moeda pode afirmar soberania sem revelar práticas locais, enquanto uma crônica pode preservar memória valiosa e reorganizá-la teologicamente.

O método mais seguro combina séries. Mudanças de língua administrativa, fórmulas de datação, padrões monetários, assentamentos militares e recibos de imposto podem confirmar ou corrigir uma narrativa. A formação do mundo islâmico aparece, assim, como processo histórico documentado por comunidades distintas, não como simples ilustração de uma tradição única.

1.3 Arquivos romanos, latinos e arqueologia

Leis, atas conciliares, hagiografias, crônicas, cartas, manuais militares, selos e moedas sustentam a história romana oriental. A sigilografia é especialmente valiosa para mapear cargos e redes administrativas. No Ocidente, diplomas régios, capitulares, cartulários monásticos, anais e arqueologia de assentamentos permitem observar reis, aristocracias e igrejas. Muitos documentos sobrevivem em cópias posteriores; por isso, data, transmissão e finalidade precisam ser avaliadas antes que o texto seja tratado como fotografia do acontecimento.

Arqueologia rural e bioarqueologia mudaram questões antes concentradas em cortes. Pólen, ossos animais, cerâmica, cemitérios e padrões de construção revelam produção, dieta, mobilidade e desigualdade. O aparente silêncio de uma fonte escrita pode coexistir com intensa reorganização material.

1.4 China, Japão, Coreia e documentos de fronteira

Histórias dinásticas chinesas, memoriais, códigos, biografias, inscrições e poesia formam um arquivo abundante, porém produzido em grande parte por elites letradas. Documentos de Dunhuang e Turfan aproximam o pesquisador de contratos, contas, calendários, práticas religiosas e administração de fronteira. No Japão, crônicas de corte, códigos, diários e arquivos de templos devem ser comparados com arqueologia. Para Coreia e Vietnã, textos compilados em épocas posteriores preservam tradições importantes, mas precisam ser controlados por inscrições, tumbas, objetos e fontes chinesas.

Esses conjuntos não autorizam imaginar uma "China eterna" irradiando civilização para vizinhos passivos. Estados coreanos, japoneses, vietnamitas e centro-asiáticos selecionaram instituições, escritas e religiões conforme disputas locais. Circulação não é cópia; é apropriação política.

1.5 Índia, África e o problema da desigualdade documental

Inscrições de doação, placas de cobre, moedas, templos, literatura religiosa e tratados políticos são centrais para a Índia. Como muitas inscrições celebram doadores e genealogias, seu silêncio sobre fracassos não é neutro. Para África, fontes árabes, geografia, tradições orais, linguística, arqueologia, arte e história ambiental precisam ser combinadas. Descrições externas de "reis do ouro" ou povos distantes revelam contatos, mas também expectativas dos autores.

Desigualdade documental não significa ausência de história. Uma sociedade com menos textos sobreviventes pode ter produzido administrações sofisticadas por oralidade, especialistas de memória, objetos e rituais. A comparação responsável ajusta o grau de certeza ao arquivo disponível.

1.6 Escalas e comparação controlada

Este volume alterna quatro escalas. A escala imperial observa capitais, receitas, exércitos e ideologias. A regional acompanha províncias, reinos dependentes e fronteiras. A urbana examina cidades, portos, oficinas e comunidades religiosas. A doméstica pergunta como impostos, trabalho, gênero, escravidão, parentesco e mobilidade atingiam pessoas. Um império pode parecer unificado no mapa e fragmentado na experiência cotidiana.

Regra de evidência: Não transforme abundância de textos em prova automática de maior complexidade. Pergunte quem produziu o arquivo, o que ele pretendia registrar, o que excluiu e quais séries independentes confirmam a interpretação.

Leituras-base do capítulo: Chris Wickham, *Framing the Early Middle Ages*; Michael Cook, *A History of the Muslim World*; Valerie Hansen, *The Year 1000*; David A. Graff e Robin Higham, *A Military History of China*; UNESCO, *General History of Africa*, volume III.

2. O mundo por volta de 600: heranças e novas possibilidades

2.1 Um mapa sem resultado predeterminado

Por volta de 600, ninguém poderia prever a geografia política de 700. O Império Romano oriental ainda governava Egito, Síria, Palestina, Anatólia, partes dos Bálcãs, norte da África e posições na Itália. O Império Sassânida articulava Mesopotâmia, planalto iraniano e influências no Cáucaso, Golfo e Ásia Central. Sui acabara de reunificar a China; na Índia, poderes regionais disputavam a herança pós-Gupta; no Mediterrâneo ocidental, visigodos, francos e lombardos consolidavam reinos.

O século VII não começou com um "vazio". Começou com estados capazes de arrecadar e guerrear, mas submetidos a tensões de sucessão, fronteiras extensas, epidemias recorrentes e competição por elites locais. Novos poderes cresceram ao aproveitar estruturas existentes e ao oferecer outras formas de lealdade.

2.2 Roma e Irã antes da guerra final

Romanos e sassânidas eram rivais de longa duração e também parceiros diplomáticos. Reconheciam títulos, negociavam tréguas, disputavam Armênia e Cáucaso e financiavam aliados árabes. Suas guerras mobilizavam impostos e deslocavam populações, mas não tornavam inevitável a destruição de um dos lados. A guerra iniciada em 602 foi excepcional por duração e profundidade: forças sassânidas ocuparam Síria, Palestina e Egito; a contraofensiva de Heráclio atingiu o coração iraniano; e a ordem sassânida entrou em crise sucessória após 628.

A exaustão explica parte das conquistas árabes posteriores, não tudo. Governos locais, comunidades religiosas, capacidade militar dos conquistadores, alianças e escolhas fiscais também importaram. "Dois impérios cansados" é ponto de partida, não explicação completa.

2.3 Arábia e mar Vermelho

A península Arábica conectava Mediterrâneo, Mesopotâmia, Golfo, mar Vermelho e oceano Índico. Havia pastoreio móvel, oásis agrícolas, mercados, santuários, comunidades judaicas e cristãs e relações com Roma, Irã e Axum. Meca e Medina integravam redes regionais cuja escala exata continua debatida. A pregação de Muhammad, a formação de uma comunidade em Medina e a unificação política de grande parte da península alteraram esse ambiente sem surgir fora da história afro-asiática.

O termo "tribo" não deve sugerir grupos simples ou imutáveis. Genealogias eram instrumentos políticos; alianças podiam ser refeitas; chefias negociavam recursos, proteção e prestígio.

2.4 Sui, estepes e península Coreana

Sui reuniu a China em 589, reformou instituições e ampliou canais, mas campanhas dispendiosas contra Goguryeo e conflitos internos contribuíram para sua queda. Tang, fundado em 618, herdou administração, capitais e problemas fronteiriços. Ao norte, poderes turcos não eram apenas ameaça externa: forneciam cavalos, aliados, rivais dinásticos e modelos de soberania. Famílias da fronteira combinavam repertórios chineses e centro-asiáticos.

Na península Coreana, Goguryeo, Baekje e Silla mantinham estados organizados, diplomacia e cultura escrita. A relação com Sui e Tang foi guerra, aliança e negociação; não simples submissão.

2.5 Índia e Sudeste Asiático

Na Índia, Chalukyas, Pallavas, Vardhanas e outros poderes disputavam rotas, planícies e centros sagrados. Reis patrocinavam brâmanes, mosteiros e templos, concediam direitos sobre terras e buscavam títulos universais sem controlar continuamente todo o subcontinente. No Sudeste Asiático, portos e centros agrários articulavam comércio, parentesco e cultos. Inscrições em sânscrito conviviam com línguas locais; sua adoção expressava uma linguagem cosmopolita, não colonização política indiana.

O estreito de Malaca, o mar de Java e o delta do Mekong já conectavam comerciantes, peregrinos e cortes. Srivijaya emergiria dessas redes no século VII.

2.6 África: Nilo, Sahel e planaltos

Egito permanecia parte do Império Romano oriental, enquanto Nobátia, Makúria e Alódia formavam reinos cristãos na Núbia. Axum ainda controlava um reino no planalto do Chifre da África, embora mudanças no mar Vermelho alterassem suas conexões. No Sahel, comunidades agrícolas, centros de ferro, redes de caravanas e chefias preparavam formações como Wagadu, conhecido nas fontes árabes como Gana. A cronologia inicial desses poderes é frequentemente aproximada.

Região	Poderes em c. 600	Base de recursos	Conexões	Incerteza principal
Mediterrâneo e Irã	Roma oriental, Sassânidas, visigodos, francos, lombardos	Agricultura tributável, cidades, moeda, exércitos	Mediterrâneo, Cáucaso, mar Vermelho	Peso de guerra, clima e peste nas mudanças
Leste Asiático	Sui, estados coreanos, turcos orientais e ocidentais	Grãos, trabalho fiscal, cavalos, rotas	China, estepes, Coreia, oásis	Alcance real do controle fronteiriço
Sul e Sudeste Asiático	Chalukyas, Pallavas, Vardhanas, centros portuários	Terra, tributos, templos, comércio marítimo	Golfo, baía de Bengala, estreitos	Cronologias dinásticas e extensão territorial
África	Reinos núbios, Axum, comunidades sahelianas	Nilo, agricultura, gado, ouro, marfim, rotas	Mediterrâneo, mar Vermelho, Saara	Datação de formações políticas pouco textuais

Leituras-base do capítulo: James Howard-Johnston, *The Last Great War of Antiquity*; Peter Sarris, *Empires of Faith*; Hugh Kennedy, *The Great Arab Conquests*; Mark Edward Lewis, *China's Cosmopolitan Empire*; UNESCO, *General History of Africa*, volume III.

3. Primeiros califados: comunidade, conquista e guerra civil

3.1 Da comunidade de Medina ao problema da sucessão

A Hégira para Medina, convencionalmente datada de 622, tornou-se ponto inicial do calendário islâmico e marco da formação de uma comunidade política. Após a morte de Muhammad em 632, liderança, parentesco, precedência religiosa e capacidade de manter alianças tornaram-se problemas imediatos. Abu Bakr foi reconhecido como califa por grupos centrais, mas as guerras de ridda mostram que a unidade da Arábia precisava ser renegociada e imposta.

"Califa" adquiriu sentidos políticos que mudaram ao longo do tempo. A narrativa dos quatro califas "bem guiados" é fundamental para a memória sunita, mas o historiador também examina conflitos contemporâneos, tradições xiitas e evidências documentais.

3.2 Conquistas e assentamentos militares

Entre as décadas de 630 e 650, exércitos árabes conquistaram Síria, Palestina, Egito, Iraque e grande parte do Irã sassânida. Não foi uma marcha única nem uniformemente planejada. Colunas militares, comandantes, acordos locais e guerras em múltiplas frentes produziram resultados diferentes. Cidades como Kufa, Basra e Fustat cresceram como assentamentos militares e centros de distribuição, administração e comércio.

Velocidade não significa ausência de resistência. Houve batalhas, cercos, recuos e tratados. O fim da monarquia sassânida exigiu anos de campanhas; fronteiras no Cáucaso, norte da África e Ásia Central permaneceram instáveis.

3.3 Por que os conquistadores venceram

Explicações monocausais falham. A guerra romano-sassânida de 602-628 enfraqueceu exércitos e receitas; disputas internas limitaram resposta sassânida; mobilidade e comando favoreceram forças árabes; alianças tribais ampliaram recrutamento; e acordos com elites locais reduziram custos. A motivação religiosa importou para a coesão, mas não elimina cálculo político e econômico.

Populações conquistadas não agiram em bloco. Algumas defenderam o governo anterior, outras negociaram, outras esperaram. Diferenças cristológicas não devem ser convertidas automaticamente em "boas-vindas" aos conquistadores: identidades locais, impostos e segurança pesaram de modos distintos.

3.4 Fiscalidade e continuidade administrativa

Os novos governos aproveitaram escribas, cadastros, moedas e práticas fiscais romanas e sassânidas. Grego, copta, persa médio e outras línguas continuaram em documentos antes da expansão do árabe administrativo. Tributos sobre terra e pessoas variavam por região e período; termos como kharaj e jizya adquiriram usos mais sistemáticos ao longo do tempo. Não existe uma tabela fiscal simples válida para todo o século VII.

Essa continuidade foi seletiva. Manter funcionários locais permitia arrecadar, mas a criação de diwan, registros de pagamentos a combatentes e redes de governadores produziu uma nova elite política.

3.5 Primeira fitna e formação de divisões duradouras

O assassinato do califa Uthman em 656 abriu uma guerra civil. Ali enfrentou opositores na Batalha do Camelo e depois Muawiya, governador da Síria. A arbitragem após Siffin, a dissidência kharijita e o assassinato de Ali em 661 tornaram a sucessão um campo de memória concorrente. Muawiya estabeleceu a dinastia omíada com centro em Damasco.

Sunismo, xiismo e correntes kharijitas não surgiram prontos em 656. Doutrinas, instituições e identidades se desenvolveram durante gerações. Projetar categorias posteriores sem mediação apaga a abertura do processo.

3.6 Conversão, língua e experiência social

Conquista política não produziu conversão religiosa imediata. Cristãos, judeus, zoroastristas, samaritanos e outras comunidades continuaram numerosas. A islamização ocorreu por ritmos regionais, redes familiares, patronagem, mobilidade, convicção e incentivos sociais. A arabização também foi desigual: o árabe tornou-se língua de poder e cultura em muitas regiões, enquanto persa, copta, grego, berbere e outras línguas persistiram ou foram transformadas.

Cuidado conceitual: "Conquista árabe", "governo islâmico", "arabização" e "conversão ao Islã" descrevem processos relacionados, mas não simultâneos. Separe-os antes de explicar causas e cronologias.

Leituras-base do capítulo: Fred M. Donner, *The Early Islamic Conquests e Muhammad and the Believers*; Robert G. Hoyland, *In God's Path*; Hugh Kennedy, *The Prophet and the Age of the Caliphates*; Chase F. Robinson, *Islamic Historiography*.

4. O Califado Omíada: governo, arabização e diversidade

4.1 Uma monarquia califal com centro sírio

Muawiya e seus sucessores governaram a partir de Damasco, apoiados em exércitos e redes tribais sírias. A transmissão dinástica de poder provocou contestação porque o califado ainda não possuía regra sucessória consensual. A morte de Husayn em Karbala, em 680, tornou-se referência central da memória xiita. A segunda fitna terminou apenas quando Abd al-Malik derrotou rivais e recompôs a autoridade omíada na década de 690.

Chamar o regime de "monarquia" descreve concentração dinástica, mas não elimina a linguagem califal, a negociação com notáveis e as expectativas religiosas dirigidas ao governante.

4.2 Expansão do Atlântico à Ásia Central

No início do século VIII, forças omíadas avançaram pelo Magrebe, cruzaram para a Península Ibérica, consolidaram posições em Transoxiana e alcançaram Sind. O mapa do califado em seu máximo reúne campanhas de naturezas diferentes. No Magrebe, grupos berberes foram adversários, aliados e participantes das conquistas. Na Ásia Central, cidades sogdianas e poderes turcos negociaram e resistiram. Em Sind, o domínio inicial permaneceu regional.

Um mapa contínuo não equivale a administração uniforme. Distância, ecologia, rotas e força de elites locais condicionavam o governo.

4.3 Reformas de Abd al-Malik

As reformas associadas a Abd al-Malik e al-Walid fortaleceram a visibilidade do califado. O árabe expandiu-se na administração; moedas com mensagens islâmicas substituíram gradualmente tipos herdados; marcos viários, inscrições e arquitetura afirmaram soberania. O Domo da Rocha, concluído em Jerusalém no final do século VII, combinou localização, forma arquitetônica e inscrições para inserir o novo poder em paisagem sagrada disputada.

"Arabização" administrativa não eliminou especialistas não árabes. Foi uma mudança institucional gradual que variou entre províncias.

4.4 Províncias, impostos e elites locais

Governadores controlavam exércitos, receitas e nomeações, mas dependiam de agentes locais. Egito preserva papiros que mostram ordens, recibos, transporte e comunicação entre níveis de governo. No Iraque, conflitos entre guarnições, governadores e facções tribais influenciavam a política imperial. A distinção entre conquistadores registrados e convertidos não árabes, frequentemente associados como mawali, gerou posições diversas, não uma classe única.

Cristãos ocuparam funções administrativas em certos contextos; comunidades religiosas mantiveram instituições; e cidades conservaram estruturas anteriores enquanto adquiriam mesquitas, mercados e novos bairros.

4.5 Sociedade, escravidão e mobilidade

O califado conectou mercados de pessoas escravizadas provenientes da guerra, comércio e reprodução doméstica. Condições jurídicas e sociais variavam, e manumissão podia criar novas relações de dependência. Mulheres aparecem nas fontes como proprietárias, doadoras, parentes dinásticas e agentes de transmissão, embora a documentação oficial privilegie homens de elite. Camponeses sustentavam receitas, enquanto soldados, comerciantes, estudiosos e peregrinos percorriam distâncias crescentes.

Evitar uma história apenas de palácios exige perguntar quem cultivava, transportava, construía e pagava. A integração imperial redistribuía oportunidades e coerções.

4.6 Crises e queda dos omíadas

Derrotas, disputas sucessórias, desigualdades regionais e revoltas enfraqueceram a dinastia. A revolução abássida mobilizou redes no Khurasan e uma linguagem de restauração da família do Profeta suficientemente ampla para reunir expectativas diferentes. Em 750, os abássidas derrotaram os omíadas no Oriente; um sobrevivente omíada estabeleceu-se em al-Andalus, onde um emirado autônomo surgiria em 756.

Mecanismo	Núcleo sírio	Egito e Levante	Iraque e Irã	Fronteiras ocidentais e orientais
Força militar	Exércitos e redes tribais sírias	Guarnições e frotas	Guarnições de Kufa, Basra e Khurasan	Alianças locais e campanhas sazonais
Receita	Centro califal e propriedades	Cadastrros e papiros fiscais	Terra, cidades e rotas	Tributo irregular, saque e acordos
Comunicação	Damasco, correio e estradas	Portos e corredores mediterrâneos	Eufrates, Tigre e planalto iraniano	Longas cadeias de governadores e intermediários
Limite	Facções e sucessão	Autonomia de agentes locais	Rivalidades regionais	Controle descontínuo e resistência recorrente

Leituras-base do capítulo: Hugh Kennedy, *The Prophet and the Age of the Caliphates*; G. R. Hawting, *The First Dynasty of Islam*; Andrew Marsham, *Rituals of Islamic Monarchy*; Chase F. Robinson, *Empire and Elites after the Muslim Conquest*.

5. Abássidas e califados concorrentes: integração e fragmentação

5.1 Revolução abássida e deslocamento do centro

Os abássidas apresentaram sua vitória como restauração legítima, mas precisaram transformar uma coalizão revolucionária em governo. Abu al-Abbas al-Saffah inaugurou a dinastia; al-Mansur eliminou rivais e fundou Bagdá em 762. A nova capital aproximava a corte das zonas agrícolas do Iraque, das rotas iranianas e das tradições administrativas sassânidas. O círculo urbano planejado simbolizava centralidade, embora a metrópole real logo ultrapassasse seus limites.

O deslocamento de Damasco para o Iraque não significou substituição simples de "árabes" por "persas". Famílias, secretários, juristas, comandantes e clientes de origens variadas competiram dentro de uma cultura política islâmica em transformação.

5.2 Administração, vizires e comunicação

O califa nomeava governadores, chefes militares, juízes e administradores fiscais, mas governar dependia de cadeias de delegação. Secretarias registravam receita, correspondência e exército. O vizirado tornou-se poderoso em certos reinados, sem constituir cargo estável em todos. Correio e informação permitiam vigiar províncias, mas notícias eram filtradas por agentes interessados.

Famílias como os Barmécidas demonstram como serviço, patronagem e proximidade da corte podiam produzir grande poder e queda abrupta. Instituições não funcionavam separadas de casas aristocráticas, escravizados palacianos, estudiosos e redes comerciais.

5.3 Bagdá, tradução e produção de conhecimento

Bagdá reuniu estudiosos de árabe, persa, siríaco, grego e outras tradições. Traduções de filosofia, medicina, matemática e astronomia foram financiadas por califas, funcionários, médicos e elites urbanas. A chamada Casa da Sabedoria existiu, mas a imagem de uma universidade moderna centralizando toda tradução é exagerada. O movimento foi distribuído por bibliotecas, oficinas, famílias e patronos.

Conhecimento não foi apenas preservado. Autores criticaram, recombinaaram e ampliaram materiais. A álgebra de al-Khwarizmi, a medicina, a geografia e a astronomia exemplificam programas intelectuais ligados a problemas administrativos, calendáricos, religiosos e científicos. Cristãos de língua siríaca tiveram papel decisivo em traduções; judeus, zoroastristas convertidos e estudiosos de diferentes regiões integraram o ambiente.

5.4 Exército, Samarra e novas elites militares

No século IX, califas ampliaram o recrutamento de soldados turcos e outros militares dependentes da corte. Al-Mutasim transferiu a capital para Samarra em 836, em parte para acomodar tropas e reduzir conflitos em Bagdá. Esses soldados não eram grupo homogêneo, e sua condição variava entre escravidão militar, clientela e comando. Com o tempo, comandantes passaram a intervir na sucessão e nas finanças.

A "anarquia de Samarra" do século IX mostra a dificuldade de equilibrar corte, tropas e receita. O califado continuou como fonte de legitimidade, mas sua capacidade de comandar diretamente todas as províncias diminuiu.

5.5 Economias conectadas e desigualdades

Iraque, Egito, Irã e Ásia Central sustentavam agricultura irrigada, artesanato e cidades. Moedas abássidas circularam amplamente, inclusive em tesouros do Báltico, testemunhando redes que ligavam comerciantes islâmicos, intermediários da estepe e mercados setentrionais. Golfo, mar Vermelho e oceano Índico transportavam cerâmica, tecidos, especiarias, metais, madeira e pessoas escravizadas. Crédito e sociedades comerciais reduziram alguns riscos, sem eliminar dependência de poder político e confiança comunitária.

Prosperidade foi desigual. Camponeses enfrentavam tributos; trabalhadores escravizados eram empregados em casas, exércitos e empreendimentos; e a revolta Zanj no sul do Iraque, entre 869 e 883, expôs tensões sociais e fragilidade estatal. A composição exata dos rebeldes e sua relação com trabalho nas áreas salinas continuam discutidas.

5.6 Fragmentação sem fim do mundo islâmico

Governadores e dinastias regionais obtiveram autonomia: aglábidas no norte da África, tulúnidas no Egito, safáridas e samânidas no Oriente, entre outros. Em 909, os fatímidas estabeleceram um califado ismaelita no norte da África; em 929, Abd al-Rahman III assumiu o título califal em Córdoba. Em 945, os búidas entraram em Bagdá e subordinaram politicamente o califa abássida, preservando-o como autoridade simbólica.

Fragmentação política não encerrou circulação religiosa, jurídica, comercial ou intelectual. O árabe permaneceu língua ampla de erudição, enquanto o novo persa floresceu em cortes orientais. Juristas, sufis, comerciantes e peregrinos criaram redes que não dependiam de um único soberano.

Debate central: A expressão "era de ouro islâmica" ajuda a destacar produção intelectual, urbana e artística, mas pode esconder desigualdade, diversidade regional e continuidade posterior. Prefira identificar instituições, agentes e condições concretas em vez de tratar séculos inteiros como apogeu abstrato.

Leituras-base do capítulo: Hugh Kennedy, *When Baghdad Ruled the Muslim World*; Tayeb El-Hibri, *The Abbasid Caliphate*; Michael Cooperson, *Classical Arabic Biography*; Dimitri Gutas, *Greek Thought, Arabic Culture*; Matthew S. Gordon, *The Breaking of a Thousand Swords*.

6. O Império Romano oriental: sobrevivência e transformação

6.1 Perder províncias e conservar um império

Entre 630 e 700, o Império Romano perdeu Síria, Palestina, Egito e grande parte do norte da África. A redução eliminou regiões populosas e receitas importantes. Constantinopla, porém, permaneceu capital, a Anatólia forneceu profundidade estratégica e o Estado conservou moeda, fiscalidade, diplomacia e capacidade naval. Sobrevivência não foi automática: cercos, epidemias, guerras civis e ofensivas em múltiplas fronteiras tornaram o resultado incerto.

"Bizâncio" é útil para distinguir fases históricas, mas os habitantes chamavam seu Estado de Império dos Romanos. A língua administrativa tornou-se predominantemente grega, sem que a identidade romana desaparecesse.

6.2 Temas e debate sobre militarização

Os temas eram circunscrições comandadas por estrategos e associadas a forças militares. Sua formação foi gradual e a cronologia é debatida. Modelos antigos imaginavam uma reforma única de Herácio que teria distribuído terras a soldados; pesquisas posteriores apontam transformação progressiva de exércitos de campanha e comandos regionais. Soldados podiam possuir terras, receber pagamentos ou depender de redes locais, mas não existiu um sistema simples e uniforme desde o início.

O debate é instrutivo: instituições frequentemente surgem por adaptações acumuladas, embora narrativas posteriores as atribuam a um fundador.

6.3 Fiscalidade, moeda e administração

O governo continuou a cobrar impostos em dinheiro e produtos, manter registros e emitir o sólido de ouro. A circulação de moedas de cobre diminuiu em algumas regiões no século VII, sinal de mudança econômica, não de desaparecimento total do mercado. Cidades se contraíram ou mudaram de função; fortalezas e centros episcopais ganharam importância. Constantinopla permaneceu metrópole excepcional, abastecida por redes reconfiguradas após a perda do Egito.

Selos de chumbo revelam oficiais, dignidades e comunicações. Sua distribuição mostra que uma administração menos volumosa ainda alcançava províncias, exércitos e igrejas.

6.4 Fronteira árabe-romana

No Taurus e Anti-Taurus, campanhas sazonais, fortalezas, zonas despovoadas e intercâmbio de prisioneiros formaram uma fronteira móvel. Raides buscavam saque, prestígio e pressão estratégica; nem toda expedição pretendia anexar território. Cidades mudavam de mãos e comunidades negociavam com os dois lados. A literatura heroica posterior transformou essa experiência em épica, mas o cotidiano também envolvia resgate, comércio e informação.

Os cercos árabes a Constantinopla são narrados por fontes problemáticas e cronologias discutidas, especialmente para o final do século VII. A defesa naval, muralhas e dificuldades logísticas limitaram tentativas de conquista.

6.5 Balcãs, eslavos e búlgaros

Migrações e assentamentos de grupos eslavos alteraram os Balcãs. "Eslavos" abrangiam comunidades diversas, não um exército unificado. O governo romano reteve enclaves costeiros e lançou campanhas para restaurar influência. Búlgaros liderados por Asparukh estabeleceram um poder ao sul do Danúbio no final do século VII; Constantinopla reconheceu esse novo vizinho após conflito.

O Primeiro Império Búlgaro combinou elites búlgaras, populações eslavas e práticas locais. Sua posterior cristianização e uso do eslavônico transformariam a geografia religiosa da Europa oriental.

6.6 Sociedade, lei e religião

Camponeses, aldeias, mosteiros, bispos e proprietários sustentavam o império reduzido. A Ecloga, compilação legal do século VIII, reorganizou normas romanas em grego e expressou linguagem cristã de justiça. A escravidão persistiu, embora suas formas variassem. Mulheres podiam possuir bens e atuar em redes familiares e monásticas, mas permaneciam submetidas a hierarquias de gênero.

Controvérsias sobre a vontade de Cristo, autoridade conciliar e imagens religiosas integravam política imperial. Não eram "detalhes teológicos" desconectados: definiam ortodoxia, disciplina e relação entre corte, clero e comunidades.

Dimensão	Antes de c. 630	Transformação dos séculos VII-VIII	Continuidade	Cuidado interpretativo
Território	Império mediterrânico oriental	Núcleo anatólio-balcanizado	Capital e identidade romana	Redução não equivale a estado nacional moderno
Exército	Forças de campanha e fronteira	Comandos regionais e temas graduais	Carreira militar e fiscalidade	Evitar reforma única atribuída a Heráclio
Cidades	Rede mediterrânica densa	Contração e fortificação desiguais	Constantinopla e centros regionais	Tamanho urbano não mede sozinho complexidade

Dimensão	Antes de c. 630	Transformação dos séculos VII-VIII	Continuidade	Cuidado interpretativo
Administração	Latim e grego, grandes prefeituras	Predomínio grego e cargos reconfigurados	Moeda, selos, impostos e diplomacia	Mudança de título não prova ruptura total

Leituras-base do capítulo: John Haldon, *The Empire That Would Not Die*; Leslie Brubaker e John Haldon, *Byzantium in the Iconoclast Era*; Mark Whittow, *The Making of Orthodox Byzantium*; Anthony Kaldellis, *The New Roman Empire*.

7. Bizâncio entre iconoclasmo, fronteiras e expansão

7.1 O primeiro iconoclasmo

Imperadores do século VIII limitaram o culto de imagens, e o concílio de Hieria, em 754, formulou uma posição iconoclasta. As motivações combinavam teologia, autoridade imperial e debates sobre representação; explicações antigas que atribuíam tudo a derrotas militares ou influência islâmica são insuficientes. A imperatriz Irene promoveu o concílio de Niceia II, em 787, que restaurou a veneração de ícones distinguindo-a da adoração devida a Deus.

As fontes favoráveis às imagens venceram e moldaram a memória dos adversários. Como muitos textos iconoclastas foram destruídos ou preservados por opositores, reconstruir seus argumentos exige cautela.

7.2 Segundo iconoclasmo e restauração de 843

O iconoclasmo retornou em 815 e terminou em 843, sob a regência de Teodora. A restauração das imagens foi celebrada como "Triunfo da Ortodoxia". Mosteiros desempenharam papel importante na resistência e na memória posterior, embora monges não tenham formado bloco político único. A controvérsia consolidou formas de arte, liturgia e autoridade que marcariam o cristianismo oriental.

O fim do conflito coincidiu com uma fase de recuperação militar e cultural, mas não deve ser tratado como causa única dessa recuperação.

7.3 Dinastia macedônica e governo

A partir de Basílio I, em 867, a corte patrocinou compilações legais, cerimônias e erudição. A imagem de "renascimento macedônico" destaca manuscritos, arte e recuperação de modelos clássicos, mas continuidades com o século IX são fortes. Imperadores dependiam de eunucos palacianos, famílias militares, funcionários civis, Igreja e alianças matrimoniais.

Disputas sobre grandes proprietários e camponeses aparecem em legislação do século X. O Estado buscava proteger sua base fiscal e militar, mas aristocratas expandiam propriedades por compra, patronagem e pressão. A oposição "Estado versus nobres" simplifica negociações que também produziam serviço imperial.

7.4 Bulgária, missões e alfabetos

O batismo do governante búlgaro Boris I no século IX integrou a Bulgária à competição entre Roma e Constantinopla. Discípulos de Cirilo e Metódio desenvolveram centros de tradução em território búlgaro; o glagolítico e depois o cirílico permitiram ampla literatura eslava cristã. A adoção não foi mera exportação bizantina: governantes búlgaros usaram religião e escrita para fortalecer autonomia.

Sob Simeão I, a Bulgária tornou-se rival imperial e centro cultural. Guerras e tratados mostraram que a "comunidade bizantina" era espaço de apropriação e concorrência, não hierarquia obedecida por todos.

7.5 Rus, comércio e cristianização

Grupos escandinavos, fino-úgricos e eslavos participaram da formação da Rus em corredores fluviais entre Báltico, mar Negro e Cáspio. Kiev tornou-se centro político importante. Incursões e tratados com Constantinopla revelam guerra e comércio; prata islâmica encontrada no norte testemunha conexões com mercados do califado. Em 988, segundo cronologia convencional, Vladimir adotou o cristianismo de rito bizantino.

"Fundação viking" e "origem eslava" foram transformadas em debates identitários modernos. Evidência arqueológica e textual favorece processos mistos, com elites móveis e populações locais.

7.6 Expansão do século X

Durante os reinados de Romano I Lecapeno, Nicéforo II Focas, João I Tzimiscas e Basílio II, forças romanas avançaram no Oriente e nos Bálcãs. A reconquista de Creta em 961 reduziu ameaça naval; Antioquia foi retomada em 969; principados armênios e georgianos entraram em relações variadas de aliança, anexação e dependência. O avanço gerou novas fronteiras e exigiu guarnições, impostos e acordos.

Por volta de 1000, o império era mais rico e ofensivo do que em 700, mas continuava vulnerável a sucessão, aristocracias militares e múltiplos vizinhos.

Linguagem responsável: A cristianização de búlgaros ou rus não foi simples "civilização" de povos periféricos. Foi uma negociação em que governantes locais escolheram, traduziram e reorganizaram recursos religiosos para construir poder próprio.

Leituras-base do capítulo: Leslie Brubaker e John Haldon, *Byzantium in the Iconoclast Era*; Anthony Kaldellis, *Streams of Gold, Rivers of Blood*; Jonathan Shepard, *The Cambridge History of the Byzantine Empire*; Florin Curta, *Southeastern Europe in the Middle Ages*.

8. Reinos pós-romanos: carolíngios, otônidas e novas periferias

8.1 Merovíngios e poder franco

No início do século VII, reis merovíngios governavam reinos francos por meio de cortes itinerantes, aristocracias, bispos e mosteiros. Partilhas entre herdeiros não significavam ausência de ideia política; eram formas de distribuir patrimônios e legitimidade. Prefeitos do palácio, especialmente os carolíngios, acumularam capacidade militar e patronagem. Carlos Martel venceu rivais internos e campanhas externas antes que seu filho Pepino depusesse o último merovíngio em 751.

A aliança com o papado ajudou a legitimar a nova dinastia. Em troca, campanhas contra lombardos ampliaram a base territorial papal na Itália.

8.2 Carlos Magno e o título imperial

Carlos Magno expandiu o reino contra lombardos, saxões, ávaros e outros adversários. A conquista da Saxônia combinou guerra prolongada, deportações, juramentos e cristianização coerciva. Em 800, o papa Leão III o coroou imperador em Roma. O título reivindicava herança romana no Ocidente, mas Constantinopla continuava a se considerar única sede legítima do Império Romano. Diplomacia posterior produziu reconhecimentos limitados, não fusão das pretensões.

O chamado Império Carolíngio era rede de palácios, condados, missi dominici, bispados e fidelidades. Não possuía capital administrativa permanente comparável a Bagdá ou Chang'an.

8.3 Reforma, escrita e recursos

Capitulares orientavam oficiais e igrejas; assembleias reuniam elites; propriedades régias alimentavam a corte. A reforma monetária baseada no denário de prata ofereceu padrão amplo, enquanto o comércio e a tributação variavam regionalmente. A chamada Renascença Carolíngia promoveu escolas, cópia de manuscritos, correção litúrgica e minúscula carolíngia. Seu alcance social foi limitado, mas decisivo para preservação e circulação de textos.

Mosteiros eram centros religiosos, proprietários, oficinas e arquivos. Camponeses livres, dependentes e escravizados sustentavam a produção. A categoria "feudalismo" não explica uniformemente essas relações e é melhor substituída por análise local de terra, jurisdição e dependência.

8.4 Partilha e reinos sucessores

Após Luís, o Piedoso, disputas entre herdeiros levaram ao Tratado de Verdun de 843. A partilha não foi queda imediata, mas enfraqueceu coordenação central. Reis, condes, bispos e senhores regionais reorganizaram defesa diante de ataques vikings, muçulmanos e magiares. Fortificações e poderes locais cresceram em várias áreas.

Frância ocidental e oriental seguiriam trajetórias diferentes; a região intermediária tornou-se espaço de competição. Itália manteve reis e pretensões imperiais, enquanto o papado negociava com múltiplos protetores.

8.5 Otônidas e renovação imperial

Na Frância oriental, Henrique I e Otão I consolidaram uma monarquia apoiada em ducados, bispos e vitórias militares. Otão derrotou magiares em Lechfeld, em 955, interveio na Itália e foi coroado imperador em 962. O regime otônida usou igrejas e parentesco para administrar, mas a expressão "sistema imperial de igrejas" não deve sugerir mecanismo perfeitamente planejado.

O casamento de Otão II com Teófano, ligada à corte de Constantinopla, mostra diplomacia entre duas tradições imperiais. A corte otônida apropriou formas romanas e cristãs sem se tornar continuação administrativa direta de Roma antiga.

8.6 Ilhas, escandinavos e Europa central

Reinos anglo-saxões enfrentaram e incorporaram colonos escandinavos; Wessex, sob Alfredo e sucessores, construiu fortalezas, exército e linguagem de realeza inglesa. Dinamarqueses, noruegueses e suecos criaram redes do Atlântico ao Cáspio. "Viking" designa atividade e identidade contextual, não povo racial único. Comércio, colonização e serviço mercenário coexistiam com ataques.

Na Europa central, Piastas na Polônia, Premislidas na Boêmia e Arpades na Hungria formaram monarquias cristãs no século X. Conversão, bispados e relações com o império otônida foram recursos de soberania, não simples submissão cultural.

Formação	Base de legitimidade	Mecanismo de governo	Integração externa	Limite
Carolingiana	Dinastia, unção, conquista, cristianismo	Condes, bispos, assembleias, missi	Papado, Mediterrâneo, fronteiras saxãs e eslavas	Sucessão e coordenação à distância
Otônida	Vitória, eleição aristocrática, coroação imperial	Ducados, corte, bispados e parentesco	Itália, papado, Bizâncio, eslavos	Dependência de negociação com magnatas
Anglo-saxônica	Casas régias, cristianismo, defesa	Shires, burhs, assembleias e tributo	Mar do Norte e mundo escandinavo	Competição dinástica e ataques

Formação	Base de legitimidade	Mecanismo de governo	Integração externa	Limite
Europa central	Dinastias, conversão e patronagem	Fortalezas, séquitos, tributo e Igreja	Império, Roma, Bizâncio e estepes	Alcance territorial desigual

Leituras-base do capítulo: Rosamond McKitterick, Charlemagne; Marios Costambeys, Matthew Innes e Simon MacLean, The Carolingian World; Chris Wickham, Medieval Europe; Timothy Reuter, Germany in the Early Middle Ages; Neil Price, Children of Ash and Elm.

9. Tang: formação de uma ordem imperial eurasiática

9.1 Da queda Sui à consolidação Tang

Li Yuan fundou Tang em 618 durante a desintegração Sui. Seu filho Li Shimin, o imperador Taizong, venceu rivais dinásticos e campanhas contra o khaganato turco oriental. Historiadores da corte transformaram seu reinado em modelo de governante que ouvia ministros; esse retrato contém práticas reais de consulta, mas também construção moral posterior. Tang aproveitou capitais, códigos e canais Sui enquanto reorganizava alianças militares.

A elite fundadora tinha vínculos com famílias do noroeste e cultura das estepes. A oposição rígida entre "chinês" e "nômade" não descreve uma corte que usava títulos, casamentos, cavalaria e diplomacia em repertórios mistos.

9.2 Terra, impostos e serviço

O sistema de campos iguais buscava registrar famílias e distribuir direitos de cultivo conforme categorias de idade e obrigação. Na prática, disponibilidade de terra, propriedades privadas e condições regionais limitavam sua uniformidade. O governo cobrava grãos, tecidos e trabalho; registros domésticos sustentavam receita e recrutamento. O sistema fubing associava serviço militar a famílias registradas, mas foi transformado e substituído gradualmente por forças profissionais e fronteiriças.

Essas instituições eram ideais administrativos e mecanismos reais ao mesmo tempo. Sua existência em códigos não prova execução idêntica em todas as aldeias.

9.3 Capital, províncias e aristocracias

Chang'an foi uma capital planejada, com mercados, bairros, palácios e comunidades estrangeiras. Luoyang funcionava como segundo centro e aproximava a corte de regiões produtoras do leste. Prefeituras e condados ligavam magistrados ao centro, enquanto grandes famílias, linhagens locais e mosteiros controlavam recursos. O Grande Canal transportava grãos e permitia sustentar capitais e exércitos.

Exames de recrutamento cresceram em prestígio, mas no início e meio Tang a aristocracia e recomendações continuaram decisivas. O ideal meritocrático não deve ser projetado como concurso moderno aberto em condições iguais.

9.4 Lei, família e hierarquia

O Código Tang organizou delitos, punições e responsabilidades segundo posição social, parentesco e burocracia. Influenciou sistemas jurídicos vizinhos, mas sua aplicação dependia de magistrados e costumes. Famílias eram unidades fiscais e morais; casamento articulava alianças; mulheres de elite podiam possuir bens, participar de redes religiosas e exercer influência política. A imperatriz Wu Zetian governou em seu próprio nome entre 690 e 705, caso extraordinário que também revela possibilidades e resistências de gênero.

Pessoas escravizadas, servos, trabalhadores e minorias profissionais ocupavam posições desiguais. A prosperidade imperial repousava sobre trabalho invisibilizado por textos de corte.

9.5 Religiões e cosmopolitismo

Budismo recebeu patrocínio, produziu mosteiros, traduções e peregrinações; daoismo ligava a dinastia à figura de Laozi; rituais confucianos organizavam governo e educação. Zoroastristas, cristãos da Igreja do Oriente, maniqueus e muçulmanos viveram em comunidades de comerciantes e estrangeiros. A estela de Xi'an de 781 registra uma presença cristã em linguagem adaptada ao ambiente chinês.

Cosmopolitismo não significa tolerância constante. O Estado classificava estrangeiros, regulava mosteiros e podia restringir religiões consideradas externas, sobretudo em momentos de crise.

9.6 Expansão, protetorados e limites

Tang projetou poder sobre bacias da Ásia Central por guarnições, protetorados, alianças e títulos. A vitória sobre turcos não eliminou política das estepes; novos khaganatos surgiram. No sudoeste, o reino de Nanzhao tornou-se adversário e parceiro. Na península Coreana, a aliança com Silla derrotou Baekje e Goguryeo, mas Silla expulsou forças Tang de partes da península.

No século VIII, competição com o Império Tibetano e poderes islâmicos mostrou limites. A batalha do Talas, em 751, teve importância regional, mas não foi choque único que decidiu o destino da Ásia Central nem causa isolada da transmissão do papel para o oeste.

Escala	Instrumento	Objetivo	Negociação necessária	Limite
Capital	Palácios, ministérios, mercados	Coordenar corte e redistribuição	Aristocracias e funcionários	Facções e custo de abastecimento
Condados	Registros, magistrados, códigos	Tributar e julgar	Linhagens, aldeias e mosteiros	Distância e dados incompletos

Escala	Instrumento	Objetivo	Negociação necessária	Limite
Fronteiras	Protetorados, títulos, guarnições	Segurança e influência	Chefes turcos, oásis e aliados	Alianças reversíveis e logística
Ordem simbólica	Investiduras e tributo diplomático	Situar parceiros no tianxia	Tradução ritual por emissários	Fontes chinesas podem exagerar submissão

Leituras-base do capítulo: Mark Edward Lewis, *China's Cosmopolitan Empire*; Jonathan Karam Skaff, *Sui-Tang China and Its Turko-Mongol Neighbors*; Denis Twitchett, *The Cambridge History of China*, volume 3; Charles Holcombe, *A History of East Asia*.

10. Depois do auge Tang: rebelião, regionalização e novos estados

10.1 Xuanzong e as tensões do século VIII

O longo reinado de Xuanzong, iniciado em 712, foi lembrado como auge cultural e desastre final. Expansão de comandos fronteiriços concentrou tropas sob governadores militares, os jiedushi. A corte dependia de ministros, eunucos e favoritos em competição. A narrativa moral que culpa indivíduos próximos ao imperador simplifica problemas de finanças, fronteiras e comando.

O crescimento de propriedades e a mobilidade populacional enfraqueceram registros de terra e famílias, tornando os sistemas fiscais do início Tang menos eficazes.

10.2 Rebelião de An Lushan

An Lushan, comandante de origem centro-asiática, rebelou-se em 755 e ocupou Luoyang e Chang'an. A guerra prolongou-se até 763 e causou deslocamentos, fome e ruptura fiscal. Números populacionais dos censos antes e depois não podem ser lidos diretamente como contagem de mortos, pois registram também perda de controle administrativo. Ainda assim, a devastação foi extensa.

Tang recuperou as capitais com apoio uigur e negociação com comandantes regionais. A dinastia sobreviveu, porém mais dependente de governadores e arranjos locais.

10.3 Nova fiscalidade e poderes provinciais

Em 780, a política dos Dois Impostos buscou cobrar segundo propriedade e riqueza em duas etapas anuais, reduzindo dependência de antigas cotas de trabalho e registros uniformes. O uso crescente de dinheiro refletia comercialização, mas impostos continuavam a variar. Governadores militares retinham parte da receita, mantinham exércitos e podiam transmitir posições a herdeiros.

Regionalização não significou separação completa. Muitos governadores buscavam títulos Tang e participavam de uma ordem dinástica compartilhada. Centro e províncias estavam em interdependência conflitiva.

10.4 Eunucos, corte e religião

Eunucos comandaram a guarda palaciana, controlaram acesso ao imperador e às vezes influenciaram sucessões. Textos de letrados os apresentam como causa de decadência, mas esse julgamento reflete rivalidade institucional. Sua força vinha de funções militares e proximidade pessoal criadas pela própria monarquia.

Em 845, o imperador Wuzong promoveu supressão de mosteiros budistas e restrições a outras religiões estrangeiras. Motivações fiscais, políticas e daoistas combinaram-se. O budismo não desapareceu; instituições perderam propriedades, monges foram secularizados e tradições se reorganizaram.

10.5 Comércio, impressão e mudanças culturais

Mercados regionais, transporte fluvial e cidades do sul cresceram. Guangzhou conectava comerciantes do oceano Índico; Yangzhou articulava sal, canais e riqueza. Impressão por blocos de madeira ampliou produção de calendários, textos budistas e outros materiais. O Sutra do Diamante de 868 é o mais antigo livro impresso completo com data que sobreviveu, não a origem absoluta da impressão.

Literatura e pintura expressaram deslocamentos após a rebelião. A cultura Tang tardia não foi apenas declínio: novas elites regionais e práticas religiosas prepararam transformações do período Song.

10.6 Queda Tang, Cinco Dinastias, Liao e Song

A rebelião de Huang Chao, iniciada em 874, abalou capitais e redes fiscais. Zhu Wen depôs o último imperador Tang em 907. No norte, cinco dinastias sucederam-se rapidamente; no sul, vários reinos desenvolveram cortes, comércio e administrações. Os khitan fundaram Liao em 907 e construíram um império capaz de governar populações pastoris e agrícolas por instituições diferenciadas.

Zhao Kuangyin fundou Song em 960 e reuniu grande parte do território chinês, mas não conquistou Liao. O ano 1000, portanto, não marca restauração de um império único: Song, Liao, Dali, estados coreanos e vizinhos coexistiam.

Como interpretar censos: Uma queda abrupta de domicílios registrados pode combinar mortes, fuga, registros perdidos, territórios fora de controle e mudança fiscal. Não converta automaticamente a diferença entre dois censos em número de vítimas.

Leituras-base do capítulo: Mark Edward Lewis, *China's Cosmopolitan Empire*; Nicolas Tackett, *The Destruction of the Medieval Chinese Aristocracy*; David A. Graff, *Medieval Chinese Warfare*; Naomi Standen, *Unbounded Loyalty*; Valerie Hansen, *The Open Empire*.

11. Coreia, Japão, Vietnã e Sudeste Asiático

11.1 Silla, Tang e a unificação parcial da Coreia

Silla aliou-se a Tang para derrotar Baekje em 660 e Goguryeo em 668. Depois, enfrentou forças Tang e consolidou domínio sobre grande parte da península ao sul. A expressão "Silla Unificada" é útil, mas incompleta: o reino de Balhae surgiu ao norte, reunindo populações ligadas a Goguryeo e grupos mohe. Silla governava por aristocracia de status ósseo, corte, budismo e administrações regionais.

A relação com Tang incluía missões, estudo, comércio e apropriação de instituições. Coreanos não foram receptores passivos; suas rivalidades determinaram como recursos continentais seriam usados.

11.2 Balhae e Goryeo

Balhae controlou áreas da Manchúria e do extremo norte coreano entre 698 e 926. Fontes são desiguais e sua identidade tornou-se objeto de nacionalismos modernos. Arqueologia mostra palácios, cidades e cultura material conectada a Tang, Goguryeo e povos regionais. Após a queda de Silla e conflitos entre estados posteriores, Wang Geon fundou Goryeo em 918 e reunificou a península em 936.

Goryeo integrou elites regionais por casamentos, títulos e administração. Sua relação com Liao exigiria diplomacia e guerra além do limite deste volume.

11.3 Japão: de ritsuryo a Heian

Reformas dos séculos VII e VIII construíram um Estado inspirado em códigos e instituições continentais, o ritsuryo. Nara tornou-se capital em 710; templos budistas receberam patrocínio e propriedades. O governo registrava famílias, cobrava tributos e enviava administradores, mas nunca controlou todas as regiões de forma uniforme. Conflitos com comunidades em Honshu mostram fronteiras internas.

Em 794, a corte transferiu-se para Heian-kyo. A família Fujiwara acumulou poder por casamentos e regências. Propriedades isentas conhecidas como shoen ampliaram-se, ligando aristocratas, templos e administradores locais. A descentralização posterior não foi ausência de governo, mas sobreposição de direitos.

11.4 Vietnã: domínio Tang e autonomia

O norte do atual Vietnã integrou administrações chinesas durante séculos, com centros urbanos, tributação e circulação religiosa. Rebeliões locais e chefias regionais revelam limites. No início do século X, o colapso Tang permitiu maior autonomia. A vitória naval de Ngo Quyen no rio Bach Dang, em 938, é convencionalmente tratada como marco de independência duradoura.

Instituições e escrita chinesas continuaram relevantes, mas elites vietnamitas as reorganizaram em dinastias próprias. Ao sul, Champa articulava múltiplos centros costeiros, santuários e comércio; não era um Estado unitário constante.

11.5 Srivijaya e redes marítimas

Inscrições do final do século VII associam Srivijaya a Palembang e a campanhas na região de Sumatra e estreitos. Seu poder dependia de controlar ou influenciar portos, estuários e alianças, não de ocupar um território contínuo. O peregrino chinês Yijing descreveu o centro como lugar de estudo budista e escala para viagens à Índia. Governantes combinavam budismo, juramentos, expedições e redistribuição mercantil.

Chamar Srivijaya de "império marítimo" é útil se o termo indicar hegemonia nodal. Um mapa preenchido como Estado moderno exagera fronteiras e continuidade.

11.6 Java, Khmer, Dvaravati e mandalas

Em Java central, dinastias associadas aos Sailendra e Sanjaya patrocinaram Borobudur, Prambanan e sistemas agrários. No continente, Dvaravati articulou centros de língua mon e budismo; Chenla e depois Angkor reuniram áreas khmer. A consagração de Jayavarman II em 802 tornou-se marco de Angkor, mas o império cresceu por séculos de obras hidráulicas, templos, guerra e alianças.

O conceito de mandala descreve campos de poder centrados em cortes, com autoridade que diminuía à distância e soberanias sobrepostas. Não é nome nativo único nem modelo válido para toda situação, mas corrige mapas de fronteira rígida.

Formação	Centro ou eixo	Recurso de integração	Relação externa	Cuidado cartográfico
Silla e Goryeo	Cidades e planícies coreanas	Aristocracia, budismo, administração	Tang, Balhae, Japão, Liao	"Unificação" não incluiu sempre todo o norte
Japão Nara-Heian	Corte e províncias	Códigos, tributos, templos, parentesco	China, Coreia e redes marítimas	Controle regional desigual
Srivijaya	Estreitos e portos de Sumatra	Alianças, expedições, budismo, comércio	Índia, China, Java e península Malaia	Hegemonia por nós, não fronteira contínua
Angkor inicial	Planícies e centros khmer	Templos, água, trabalho e culto régio	Champa, Dvaravati, China	Formação gradual e múltiplas capitais

Leituras-base do capítulo: Charles Holcombe, *A History of East Asia*; Michael J. Seth, *A Concise History of Korea*; William Wayne Farris, *Japan to 1600*; Keith W. Taylor, *A History of the Vietnamese*; Kenneth R. Hall, *A History of Early Southeast Asia*.

12. Índia entre impérios regionais e soberanias conectadas

12.1 Harsha e o norte pós-Gupta

Harshavardhana governou a partir de Kanauj entre 606 e 647 e construiu uma hegemonia sobre partes do norte da Índia. Inscrições, literatura de corte e o peregrino Xuanzang registram seu poder, mas a extensão de controle direto é debatida. Sua derrota diante do chalukya Pulakeshin II no Narmada mostra que o Decão não era periferia obediente. Após sua morte, nenhuma dinastia manteve a mesma coalizão.

O caso evidencia diferença entre título universal, tributo de aliados e administração cotidiana. Um rei podia ser celebrado como senhor de muitos reis sem governar cada aldeia por funcionários próprios.

12.2 Palas, Gurjara-Pratiharas e Rashtrakutas

Entre os séculos VIII e X, Palas no leste, Gurjara-Pratiharas no norte e Rashtrakutas no Decão competiram por prestígio e por Kanauj. A antiga expressão "luta tripartite" organiza a narrativa, mas não deve reduzir dezenas de poderes regionais a três protagonistas. Campanhas produziam tributo, saque, casamento e reconhecimento, frequentemente sem anexação duradoura.

Palas patrocinaram instituições budistas como Nalanda e Vikramashila; Pratiharas articularam redes do Rajastão e Ganges; Rashtrakutas conectaram Decão a rotas do oeste e patrocinaram arte rupestre em Ellora.

12.3 Pallavas, Chalukyas e ascensão Chola

No sul, Pallavas centrados em Kanchipuram e Chalukyas de Badami competiram por áreas do Decão e Tamilakam. Templos em Mahabalipuram e Pattadakal materializam patronagem e oficinas, não apenas propaganda de um rei. Cholas de Vijayalaya cresceram no século IX; sob Aditya I e Parantaka I ampliaram recursos no vale do Kaveri. O grande império naval e territorial Chola pertence sobretudo ao século XI, embora suas bases sejam visíveis antes de 1000.

Reinos Pandya, Chera e chefias locais continuaram relevantes. O sul não seguia uma linha única de sucessão imperial.

12.4 Doações de terra, samantas e debate feudal

Placas de cobre registram concessões a brâmanes, templos, mosteiros e oficiais, às vezes transferindo receitas, imunidades e direitos sobre habitantes. Samantas podiam ser subordinados, aliados ou antigos rivais integrados à hierarquia. Alguns historiadores interpretaram a multiplicação de doações como "feudalismo indiano" e declínio do comércio; outros demonstraram urbanização regional, monetização variável e expansão agrária.

O debate não se resolve escolhendo entre centralização e fragmentação. Concessões criavam novos centros de poder e ampliavam cultivo, ao mesmo tempo que reduziam controle direto e aumentavam obrigações camponesas.

12.5 Templos, comércio e oceano Índico

Templos acumulavam terras, recebiam doações, empregavam especialistas e organizavam festivais. Não eram apenas edifícios religiosos nem bancos equivalentes aos modernos. Mercadores e corporações aparecem em inscrições; portos do Gujarat, Konkan, Malabar e costa Coromandel conectavam Golfo, África oriental e Sudeste Asiático. Cavalos importados eram recurso militar valioso; tecidos e especiarias circulavam em sentido contrário.

Comunidades judaicas, cristãs e muçulmanas estabeleceram-se em zonas costeiras em cronologias por vezes difíceis de precisar. Tradições posteriores devem ser comparadas com epigrafia e arqueologia.

12.6 Sociedade, religiões e conhecimento

Categorias de varna conviviam com grande diversidade de jatis, ocupações e comunidades. Inscrições revelam camponeses, artesãos, comerciantes e mulheres doadoras, mas as elites são super-representadas. Escravidão e dependência existiam em formas regionais. Cultos de Shiva, Vishnu e deusas cresceram por bhakti, templos e textos; budismo e jainismo permaneceram ativos; tradições tântricas circularam entre comunidades religiosas.

Matemáticos e astrônomos como Brahmagupta influenciaram tradições indianas e, por traduções, estudiosos do mundo islâmico. A circulação não foi linha de "transmissão da Índia para o Ocidente", mas cadeia de seleção, tradução e inovação.

Debate central: "Regionalização" não significa decadência após os Guptas. Ela pode indicar criação de novas línguas políticas, áreas agrárias, templos, mercados e dinastias. Avalie separadamente escala imperial, vitalidade econômica e experiência social.

Leituras-base do capítulo: Upinder Singh, *A History of Ancient and Early Medieval India*; Hermann Kulke e Dietmar Rothermund, *A History of India*; Burton Stein, *A History of India*; B. D. Chattopadhyaya, *The Making of Early Medieval India*; Daud Ali, *Courtly Culture and Political Life in Early Medieval India*.

13. Tibete, turcos, uigures, cazares e impérios das estepes

13.1 Segundo khaganato turco e memória de Orkhon

Após o primeiro khaganato turco dividir-se e sofrer dominação Tang, elites Ashina restauraram um khaganato oriental em 682. As inscrições de Orkhon, associadas a Kül Tegin, Bilge Khagan e Tonyukuk no século VIII, apresentam uma linguagem política em turco antigo: o Céu concede mandato; o khagan alimenta e organiza o povo; desunião e sedução por bens estrangeiros ameaçam a ordem. São monumentos de elite e programas de memória, não transcrições neutras.

O governo combinava linhagens dinásticas, assembleias, tributo, redistribuição e mobilização de confederações. Controle dependia de manter seguidores e rotas, por isso fronteiras mudavam rapidamente sem significar ausência institucional.

13.2 Khaganato Uigur

Uigures derrubaram o segundo khaganato em 744 e construíram um império centrado na Mongólia. Apoiaram Tang contra An Lushan e receberam seda e vantagens comerciais. Ordu-Baliq, capital murada, evidencia que impérios pastoris podiam manter cidades e artesãos. A adoção do maniqueísmo pela corte após contato com a China ligou governantes a comunidades sogdianas, mas a população manteve práticas diversas.

Em 840, ataques quirguizes e crises internas destruíram o centro mongol. Grupos uigures migraram para Gansu e bacia do Tarim, onde criaram novos estados e culturas escritas. A queda de um khaganato não eliminou seu povo.

13.3 Império Tibetano

Songtsen Gampo e sucessores unificaram partes do planalto tibetano no século VII e expandiram-se para Nepal, Ásia Central e fronteiras Tang. Administração, correio, exército e um sistema de escrita sustentaram o império. Tratados sino-tibetanos, documentos de Dunhuang e os Anais Tibetanos Antigos permitem reconstruir campanhas e sucessões. A famosa ideia de casamento diplomático como simples "pacificação" chinesa reduz a agência tibetana.

No século VIII, o budismo recebeu patrocínio crescente, ao lado de rituais locais. O império ocupou Chang'an brevemente em 763 e disputou o corredor de Hexi. Crises de sucessão e conflitos religiosos e aristocráticos contribuíram para sua fragmentação no século IX.

13.4 Cazares e o corredor ocidental

O khaganato cazar controlou áreas entre mar Negro, Cáucaso e baixo Volga. Sua posição permitia cobrar tributos e conectar comércio com califado, Bizâncio e estepes. Fontes árabes, hebraicas, bizantinas e arqueologia indicam conversão de parte da elite ao judaísmo, mas data, alcance e motivações permanecem debatidos. A população incluía várias línguas e religiões.

Uma divisão entre khagan sacral e governante militar aparece em descrições externas; sua prática pode ter variado. Os cazares foram parceiros e inimigos de Roma oriental e do califado, bloqueando ou mediando movimentos no Cáucaso.

13.5 Magiães, pechenegues e recomposição das estepes

Magiães moveram-se por zonas pônticas e estabeleceram-se na bacia dos Cárpatos no final do século IX. Suas campanhas alcançaram Europa ocidental e Bizâncio antes da consolidação de uma monarquia cristã sob Estêvão, coroado por volta de 1000. Pechenegues ocuparam áreas das estepes e atuaram em alianças, comércio e guerra com rus, búlgaros e romanos.

Migrações não eram deslocamentos de povos inteiros como blocos fechados. Confederações incorporavam grupos, mudavam nomes políticos e reorganizavam identidades conforme liderança e ambiente.

13.6 Cavalos, cidades, religiões e arquivos

Pastoralismo móvel permitia usar áreas de baixa densidade agrícola e concentrar força militar, mas dependia de intercâmbio com agricultores e oásis. Cavalos, gado, tecidos, metais, grãos e pessoas circulavam. Sogdianos e outros comerciantes serviam como diplomatas e escribas. Budismo, maniqueísmo, cristianismo, islamismo, judaísmo e rituais locais atravessavam as mesmas rotas.

Formação	Núcleo ecológico	Recurso político	Conexões	Evidência-chave
Turcos e uígures	Mongólia e corredores de estepe	Confederação, tributo, cavalaria, redistribuição	Tang, Sogdiana, Tarim	Inscrições de Orkhon, cidades, fontes chinesas
Tibete	Planalto e oásis	Exército, escrita, correio, alianças	Tang, Nepal, Índia, Ásia Central	Anais antigos, tratados, documentos de Dunhuang
Cazares	Volga, Cáucaso e mar Negro	Tributo, rotas e dupla liderança	Califado, Bizâncio, Rus	Fontes multilíngues e arqueologia
Magiães e pechenegues	Estepe pôntica e Cárpatos	Séquitos, mobilidade, acordos	Bizâncio, Europa central, Rus	Crônicas externas e cemitérios

Leituras-base do capítulo: Christopher I. Beckwith, *The Tibetan Empire in Central Asia*; Jonathan Karam Skaff, *Sui-Tang China and Its Turko-Mongol Neighbors*; Peter B. Golden, *An Introduction to the History of the Turkic Peoples*; Nicola Di Cosmo, *Ancient China and Its Enemies*; Sören Stark, *Die Alttürkenzeit in Mittel- und Zentralasien*.

14. Áfricas entre Nilo, Sahel, planaltos e costas

14.1 Norte da África depois da conquista

As conquistas árabes no Egito começaram na década de 630; o domínio sobre o Magrebe exigiu décadas de campanhas e alianças. Populações chamadas coletivamente de berberes incluíam comunidades variadas e participaram como adversários, aliados e soldados. Kairouan tornou-se centro militar e urbano. A revolta berbere da década de 740 mostrou conflitos sobre tributação, status e autoridade e favoreceu poderes regionais.

Idríssidas no Marrocos, rustâmidas em Tahert e aglábidas em Ifriqiya demonstram que islamização e autonomia política caminharam juntas. Cristianismos norte-africanos persistiram por séculos, embora a documentação seja desigual.

14.2 Núbia cristã e o baqt

Nobátia, Makúria e Alódia formaram reinos cristãos ao longo do Nilo. Após campanhas árabes contra Makúria no século VII, um acordo conhecido como baqt regulou relações com o Egito. As versões sobreviventes são posteriores e seus termos mudaram, mas o pacto tornou-se estrutura duradoura de comércio, diplomacia e troca de pessoas escravizadas. Makúria não foi conquistada pelo primeiro califado.

Catedrais, pinturas, cerâmica e documentos em grego, copta, árabe e núbio antigo revelam cidades e administração. A Núbia não era barreira isolada; ligava África interior, mar Vermelho e Mediterrâneo.

14.3 Axum e formações do planalto etíope

Axum perdeu parte de sua centralidade marítima após mudanças no mar Vermelho, e sua cunhagem cessou por volta do século VII. Isso não significa abandono do planalto. Centros políticos deslocaram-se, o cristianismo permaneceu e comunidades agrárias sustentaram novas redes. A documentação entre Axum e a posterior dinastia Zagwe é limitada, razão pela qual genealogias retrospectivas devem ser usadas com cautela.

Tradições islâmicas preservam a memória de refugiados acolhidos na Abissínia. Portos como Adulis mudaram de função, enquanto rotas interiores e contatos com comunidades muçulmanas continuaram.

14.4 Wagadu/Gana e o Sahel ocidental

O império conhecido como Gana nas fontes árabes e Wagadu em tradições soninquês desenvolveu-se no Sahel ocidental. Sua cronologia inicial é debatida, mas no século XI autores descrevem um rei poderoso ligado ao comércio de ouro. A arqueologia de centros como Koumbi Saleh e de redes anteriores mostra urbanização e intercâmbio, embora associar automaticamente cada sítio a uma capital textual seja arriscado.

O poder dependia de tributo, controle de corredores e negociação com produtores e comerciantes. Camelos tornaram o Saara mais conectável, mas caravanas exigiam água, guias e acordos. Sal, cobre, tecidos, ouro e pessoas escravizadas circulavam sem que o rei controlasse todas as etapas.

14.5 Kanem e bacia do Chade

Ao redor do lago Chade, agricultura, pesca, pastoreio e rotas transaarianas sustentaram chefias e o reino de Kanem. A dinastia Sefuwa é conhecida por crônicas compostas mais tarde; suas datas iniciais são incertas. Por volta do final do primeiro milênio, a região já participava de redes que conectavam Saara, vale do Nilo e savanas.

O uso de "império" deve ser calibrado. Há evidência de expansão e tributação, mas fronteiras precisas não podem ser desenhadas para os séculos iniciais.

14.6 Costa oriental, Madagascar e interior austral

Assentamentos costeiros da África oriental cresceram com pesca, agricultura, ferro e comércio marítimo. Cerâmica importada e contas indicam conexões com Golfo e oceano Índico antes do florescimento das cidades suaílis posteriores. A cultura suaíli formou-se localmente em línguas bantas, incorporando islamismo e intercâmbio externo; não foi colônia árabe transplantada.

Madagascar foi povoada por grupos com ancestrais do Sudeste Asiático e da África, provavelmente ao longo do primeiro milênio, em cronologia debatida. No interior austral, comunidades agrícolas e metalúrgicas ampliaram assentamentos e redes, preparando formações posteriores sem que se deva antecipar Grande Zimbábue para antes de seu tempo.

Regra africana: Não preencha lacunas documentais com ausência, lenda ou fronteiras inventadas. Combine arqueologia, linguística, ambiente, tradição oral e textos externos, indicando claramente quando a cronologia é apenas provável.

Leituras-base do capítulo: UNESCO, General History of Africa, volume III; François-Xavier Fauvelle, The Golden Rhinoceros; Nehemia Levtzion e J. F. P. Hopkins, Corpus of Early Arabic Sources for West African History; Derek A. Welsby, The Medieval Kingdoms of Nubia; Mark Horton e John Middleton, The Swahili.

15. Oceano Índico, cidades e comunidades mercantis

15.1 Um oceano organizado pelas monções

Ventos de monção mudam de direção ao longo do ano e permitem viagens sazonais entre mar Vermelho, Golfo, Índia, Sri Lanka e Sudeste Asiático. Navegadores combinavam conhecimento de ventos, estrelas, correntes e portos. Isso não criou um "sistema mundial" sem riscos: naufrágios, pirataria, guerra e espera por meses faziam parte do comércio.

O oceano não substituiu rotas terrestres. Mercadorias chegavam a portos por rios, caravanas e trabalho rural. Cada conexão marítima dependia de cadeias locais.

15.2 Basra, Siraf, Sohar e Aden

Basra ligava o Iraque ao Golfo; Siraf floresceu na costa iraniana; Sohar articulou Omã; Aden controlava passagem entre mar Vermelho e oceano. Autoridade sobre portos era disputada por califas, governadores, dinastias e famílias mercantis. Registros arqueológicos mostram cerâmica e materiais de múltiplas origens. Relatos geográficos árabes dos séculos IX e X descrevem rotas, mas combinam observação, informação de viajantes e convenções literárias.

Comerciantes muçulmanos, judeus, cristãos, zoroastristas e hindus podiam cooperar por crédito e parceria sem desaparecerem diferenças legais e comunitárias.

15.3 Índia, Sri Lanka e baía de Bengala

Portos indianos redistribuíam tecidos, pimenta, pedras, marfim, metais e cavalos. Sri Lanka ocupava posição estratégica e mantinha centros budistas, agricultura irrigada e disputas dinásticas. A baía de Bengala ligava costas indianas a Arakan, península Malaia, Sumatra e Java. Guildas mercantis do sul da Índia tornar-se-iam ainda mais visíveis em inscrições posteriores, mas suas raízes estão no primeiro milênio.

Mercadores estrangeiros dependiam de intérpretes, governantes e comunidades anfitriãs. Diáspora não significava perda de identidade nem isolamento: famílias podiam manter culto e língua enquanto participavam de instituições locais.

15.4 Srivijaya, Java e China marítima

Srivijaya beneficiou-se da passagem pelos estreitos, oferecendo ancoragem, proteção e acesso a produtos regionais. Java produziu arroz, artefatos e patronagem monumental. O naufrágio de Belitung, do século IX, com carga Tang, evidencia produção orientada a mercados distantes e travessia por navio de tradição árabe ou do oceano ocidental. Um objeto encontrado longe de sua origem, porém, não revela sozinho a identidade de cada intermediário.

Guangzhou foi grande porto Tang. Comunidades estrangeiras viveram na cidade e sofreram em episódios de conflito, especialmente no final da dinastia. Quanzhou ganharia maior importância nos séculos seguintes.

15.5 África oriental e mar Vermelho

Portos do mar Vermelho e costa africana exportavam marfim, carapaça de tartaruga, ouro, produtos animais e pessoas escravizadas; importavam tecidos, contas e cerâmica. Comunidades costeiras selecionavam bens externos e mantinham bases agrícolas locais. A islamização urbana avançou de modo gradual e não uniforme.

Tratar a costa apenas como fornecedora de matérias-primas apaga sua agência. Chefes, pescadores, artesãos e comerciantes definiam acesso, preços e alianças. A própria cultura suaíli resultou de séculos de construção africana conectada.

15.6 Escravidão, trabalho e custo ambiental

Redes do oceano transportavam pessoas escravizadas de África, Ásia Central, Europa e sul da Ásia. Algumas serviam em casas, exércitos e administrações; outras em produção. Categoria jurídica, gênero, origem e possibilidade de manumissão alteravam experiências, mas nenhuma integração comercial elimina coerção. O estudo deve reconhecer a violência estrutural sem transformar pessoas em mercadoria abstrata.

Construção naval demandava madeira; irrigação alterava solos; cidades concentravam consumo. Mudanças ambientais eram locais e cumulativas. Não há evidência para uma única crise ecológica que explique todo o sistema entre 600 e 1000.

Corredor	Nós principais	Produtos frequentes	Agentes	Risco de simplificação
Golfo-Iraque	Basra, Siraf, Sohar	Cerâmica, tecidos, madeira, especiarias	Mercadores, marinheiros, governadores	Imaginar controle direto de Bagdá sobre cada porto
Mar Vermelho	Fustat, Aydhab, Jeddah, Aden	Grãos, tecidos, marfim, pessoas	Comunidades egípcias, árabes e africanas	Reduzir Axum e África a periferia
Índia-baía de Bengala	Gujarat, Malabar, Sri Lanka, Coromandel	Tecidos, pimenta, cavalos, pedras	Guildas, cortes, diásporas	Projetar guildas tardias sem cronologia
Estreitos-China	Srivijaya, Java, Guangzhou	Cerâmica, aromáticos, metais, arroz	Malayos, javaneses, chineses e estrangeiros	Tratar rota como linha direta sem intermediários

Leituras-base do capítulo: K. N. Chaudhuri, Trade and Civilisation in the Indian Ocean; Roxani Eleni Margariti, Aden and the Indian Ocean Trade; Elizabeth Lambourn, Abraham's Luggage; Kenneth R. Hall, A History of Early Southeast Asia; Mark Horton e John Middleton, The Swahili.

16. Comparação final: universalidades, redes e fragmentação

16.1 Quatro formas de reivindicar o universal

Califas apresentavam-se como líderes da comunidade muçulmana e governantes de territórios diversos. Imperadores romanos reivindicavam continuidade de Roma e defesa da ortodoxia. Tang situava a corte no tianxia, investindo parceiros em uma ordem centrada no Filho do Céu. Reis carolíngios, búlgaros, tibetanos, indianos e do Sudeste Asiático combinaram conquista, religião, genealogia e títulos universais.

Essas pretensões eram comparáveis por função, não equivalentes em conteúdo. Todas buscavam superar lealdades locais; nenhuma eliminou intermediários. O universal era programa de integração negociado com províncias, templos, cidades e chefes.

16.2 Governar por camadas

Nenhum grande poder administrava cada comunidade da mesma forma. Califados mantiveram práticas fiscais regionais; Tang combinou condados com protetorados; Roma usou temas, cidades e aliados; carolíngios governaram por condes, bispos e assembleias; impérios marítimos influenciaram portos e estreitos. A soberania era frequentemente graduada.

Intermediários não eram sinal de Estado defeituoso. Eram solução para distância e diversidade, embora criassem autonomia, corrupção e rebelião. O problema central era converter tributo e lealdade em recursos sem destruir a base produtiva.

16.3 Religião como comunidade e disputa

Islamismo, cristianismos, budismo, hinduísmos, daoismo, maniqueísmo, judaísmo e religiões locais cruzaram fronteiras. Governantes patrocinaram instituições para legitimar-se, educar, registrar e redistribuir. Mosteiros e templos podiam ser proprietários, arquivos e centros intelectuais. Ao mesmo tempo, controvérsias, perseguições e conversões coercivas mostram que religião não foi apenas ponte cultural.

Universalidade religiosa podia limitar império: juristas, monges e clérigos afirmavam normas que o soberano não controlava totalmente. Redes de peregrinação ligavam comunidades para além de dinastias.

16.4 Cidades, campos e trabalho

Bagdá, Constantinopla, Chang'an, Córdoba, Kairouan, Kanauj, Nara e Palembang desempenhavam funções distintas. Capitais consumiam tributos e atraíam especialistas; portos conectavam mercadorias; centros sagrados acumulavam doações. Nenhuma cidade existia sem campos, estradas, rios e trabalho. A ênfase em arquitetura monumental precisa ser equilibrada por camponeses, pastores, marinheiros, artesãos, mulheres e pessoas escravizadas.

Entre 600 e 1000, urbanização deslocou-se mais do que simplesmente cresceu ou caiu. O Mediterrâneo oriental perdeu certas redes antigas enquanto Iraque, mundo islâmico ocidental, sul da China e portos do Índico ganharam densidade.

16.5 Fragmentação como transformação

Abássidas perderam comando direto, mas um ecúmeno islâmico continuou; Tang caiu, mas administrações regionais e impressão favoreceram Song; carolíngios dividiram-se, mas novas monarquias surgiram; o Tibete fragmentou-se, mas escrita e budismo permaneceram; Srivijaya variou em poder sem desaparecer de uma vez. "Queda" deve ser desdobrada em território, receita, dinastia, cidade, população e cultura.

Uma crise pode ser ruptura para oficiais e oportunidade para elites locais. Legados raramente pertencem apenas ao centro derrotado.

16.6 O mundo por volta de 1000

Em 1000, o califado abássida sobrevivia sob tutela búida; fatímidas governavam do Cairo e omíadas de Córdoba reivindicavam outro califado. Bizâncio expandia-se sob Basílio II. Otão III articulava renovação imperial no Ocidente. Song governava grande parte da China ao lado de Liao; Goryeo controlava a Coreia; Heian organizava a corte japonesa; Cholas iniciavam expansão; poderes sahelianos, núbios, etíopes e suaílis participavam de redes africanas; e o oceano Índico conectava portos sem soberano único.

O quadro final não é um sistema global plenamente integrado. É uma malha de conexões de intensidades diferentes, com áreas pouco conectadas entre si e intermediários capazes de interromper ou redirecionar fluxos.

16.7 Síntese obrigatória de uma página

Governo: impérios funcionaram por camadas de corte, funcionários, chefes, cidades e instituições religiosas. Recursos: agricultura tributável foi base principal, complementada por comércio, trabalho, saque e redistribuição. Legitimidade: dinastia, vitória, religião, lei, genealogia e proteção coexistiram. Coerção: exércitos, tributos, deslocamentos, escravidão e punição sustentaram ordens, mas seu uso excessivo provocou resistência. Ambiente externo: vizinhos não eram apenas inimigos; forneciam aliados, cavalos, mercadorias, títulos e refugiados. Resultado: os poderes mais duráveis foram os capazes de transformar instituições e reconhecer diferenças regionais sem abandonar um centro simbólico.

16.8 Roteiro de estudo

1. Construa uma linha do tempo de 600, 700, 800, 900 e 1000 antes de memorizar dinastias.
2. Escolha dois poderes que coexistiram e compare receita, exército, capital e intermediários.
3. Leia uma fonte oficial e uma fonte local ou externa sobre o mesmo processo.
4. Desenhe rotas com nós e estações, evitando setas continentais contínuas.
5. Separe expansão territorial, conversão religiosa, mudança linguística e integração econômica.
6. Identifique em cada "queda" o que efetivamente terminou e o que continuou.
7. Ao produzir blog ou vídeo, exponha uma incerteza real e explique por que ela existe.

Tese do volume: Entre 600 e 1000, impérios não foram substituídos por um único novo modelo. Universalidades religiosas e políticas multiplicaram-se, redes afro-eurasiáticas ganharam novos centros e a fragmentação frequentemente produziu outras formas de governo em vez de simples vazio.

Leituras-base do capítulo: Chris Wickham, *Framing the Early Middle Ages*; Michael Cook, *A History of the Muslim World*; Valerie Hansen, *The Year 1000*; Peter Frankopan, *The Silk Roads*, usado criticamente; Jane Burbank e Frederick Cooper, *Empires in World History*.

Apêndice A. Cronologia analítica

Como ler a cronologia

As linhas sincronizam acontecimentos, mas não afirmam causalidade automática. Uma rebelião na China e uma reforma fiscal no califado podem ocorrer na mesma década sem relação direta. Datas de reinados e batalhas são geralmente seguras; início de estados pouco documentados, conversões coletivas e mudanças econômicas podem ser apenas aproximados.

Data	Califados e Mediterrâneo	Europa e Roma oriental	Índia e Ásia interior	Leste e Sudeste Asiático	África e oceano Índico
602	Início da guerra final romano-sassânida	Focas toma o poder em Constantinopla	Poderes pós-Gupta e Chalukyas	Sui governa China reunificada	Reinos núbios e Axum ativos
610	Heráclio assume o trono romano	Crise militar e fiscal imperial	Harsha ascende no norte da Índia em 606	Campanhas Sui contra Goguryeo	Rotas do mar Vermelho conectam planalto e Arábia
618	Arábia em transformação	Guerra romano-sassânida continua	Chalukyas controlam partes do Decão	Fundação da dinastia Tang	Núbia cristã consolidada
622	Hégira para Medina	Sassânidas ainda ocupam províncias romanas	Reinos indianos mantêm diplomacia regional	Gaozu governa Tang	Corredores do mar Vermelho em disputa
627-628	Heráclio derrota forças sassânidas; crise no Irã	Contraofensiva romana atinge Mesopotâmia	Khaganatos turcos influenciam Ásia Central	Tang inicia consolidação	Mudanças políticas afetam comércio do mar Vermelho
632	Morte de Muhammad; Abu Bakr califa	Roma recuperou formalmente províncias	Harsha governa no norte	Taizong ascende em 626	Comunidades africanas ligadas à Arábia
636	Vitória árabe em Yarmuk e Qadisiyya	Roma perde Síria; Sassânidas recuam	Rotas iranianas entram em guerra	Tang derrota rivais turcos orientais	Egito ainda romano
641-651	Conquista do Egito; fim da monarquia sassânida	Roma concentra-se em Anatólia e Balcãs	Novos poderes emergem no Irã e Ásia Central	Tang amplia protetorados	Fustat cresce; baqt regula relações com Makúria
661	Início omíada sob Muawiya	Constante II governa Roma	Harsha já morreu; fragmentação no norte indiano	Tang sob Gaozong	Expansão árabe avança no norte da África
680	Karbala e segunda fitna	Búlgaros estabelecem poder ao sul do Danúbio	Pallavas e Chalukyas competem	Silla controla grande parte da Coreia	Kairouan consolida-se como centro
692-697	Reformas monetárias e administrativas de Abd al-Malik	Justiniano II enfrenta crises	Turcos restauram khaganato oriental em 682	Wu Zetian governa sua dinastia Zhou	Cartago cai para forças omíadas em 698

Data	Califados e Mediterrâneo	Europa e Roma oriental	Índia e Ásia interior	Leste e Sudeste Asiático	África e oceano Índico
c. 700	Califado se recompõe	Temas romanos amadurecem gradualmente	Balhae surge em 698; Tibetanos expandem-se	Tang e Silla estabilizam relações	Wagadu/Gana inicia formação em cronologia debatida
711	Conquista omíada começa na Península Ibérica	Roma enfrenta pressão em múltiplas frentes	Muhammad ibn Qasim avança em Sind	Tang em fase expansiva	Magrebe fornece soldados e alianças
717-718	Cerco árabe a Constantinopla fracassa	Leão III consolida o trono	Fronteiras centro-asiáticas seguem disputadas	Tang governa sob Xuanzong desde 712	Aglomerações costeiras do Índico crescem
732	Califado omíada enfrenta resistência em várias fronteiras	Forças francas vencem campanha perto de Tours-Poitiers	Gurjara-Pratiharas emergem no norte indiano	Khaganato turco oriental próximo da queda	Comércio transaariano amplia-se gradualmente
744-750	Revolução abássida derruba omíadas	Iconoclasmo imperial em curso	Uigures fundam khaganato; Palas emergem	Tang no auge de Xuanzong	Revolta berbere altera Magrebe
751	Abássidas consolidam-se	Roma e califado mantêm fronteira anatólica	Batalha do Talas; expansão tibetana e uigur	Tang perde influência após Talas sem colapso imediato	Redes do oceano Índico conectam Abbasidas e portos africanos
755-763	Califado abássida apoia aliado uigur indiretamente por redes asiáticas	Bizâncio permanece sob iconoclasmo	Tibetanos ocupam Chang'an brevemente em 763	Rebelião de An Lushan devasta Tang	Prata e mercadorias circulam por rotas ampliadas
762	Fundação de Bagdá	Constantino V governa Roma	Rashtrakutas crescem no Decão	Tang tenta recompor províncias	Iraque torna-se centro do comércio do Golfo
780	Dois Impostos em Tang	Irene exerce regência em Constantinopla	Pratiharas, Palas e Rashtrakutas competem	Reforma fiscal Tang	Srivijaya e Java integram redes budistas e marítimas
787	Niceia II restaura veneração de ícones	Primeiro iconoclasmo termina	Mosteiros indianos mantêm redes asiáticas	Tang sob Dezong	Portos do Índico recebem cerâmicas e tecidos
800	Califado abássida sob Harun al-Rashid	Carlos Magno coroado imperador	Império Tibetano e reinos indianos ativos	Tang regionalizado; Angkor inicia nova fase em 802	Aglábidas governam Ifriqiya desde 800

Data	Califados e Mediterrâneo	Europa e Roma oriental	Índia e Ásia interior	Leste e Sudeste Asiático	África e oceano Índico
813	Guerra civil abássida termina com al-Mamun	Segundo iconoclasmo romano desde 815	Rashtrakutas dominam parte do Decão	Tang sob Xianzong	Comércio do Golfo e mar Vermelho floresce
843	Poder abássida passa por tensões militares	Restauração definitiva dos ícones; Tratado de Verdun	Uígures dispersos após 840	Tang mantém dinastia regionalizada	Reinos núbios seguem independentes
845	Califado em Samarra	Bizâncio pós-iconoclasta	Budismos mantêm centros na Índia e Tibete fragmentado	Supressão de mosteiros budistas em Tang	Comunidades mercantis ampliam diásporas
868	Tulúnidas controlam Egito; revolta Zanj inicia em 869	Basílio I governa desde 867	Cholas iniciam ascensão; uígures em reinos regionais	Sutra do Diamante datado é impresso	Rotas do mar Vermelho ligam Egito e África
874-883	Revolta Zanj é derrotada em 883	Dinastias europeias reorganizam defesa	Poderes regionais indianos competem	Rebelião de Huang Chao abala Tang	Centros sahelianos e costeiros ampliam trocas
907	Califado abássida politicamente enfraquecido	Bizâncio e Bulgária competem	Khitan fundam Liao; estepes se recompõem	Fim Tang e início das Cinco Dinastias	Redes do Índico continuam apesar de fragmentação
909	Fatímidas fundam califado no norte da África	Roma acompanha novo rival mediterrânico	Cholas consolidam vale do Kaveri	Reinos do sul da China e Liao coexistem	Ifriqiya torna-se centro fatímida
918	Califados concorrentes e dinastias regionais	Bizâncio sob regência e comandantes	Goryeo é fundado na Coreia	Japão Heian sob influência Fujiwara	Comércio transaariano ganha descrição árabe crescente
929	Abd al-Rahman III proclama califado de Córdoba	Roma expande influência balcânica	Pratiharas perdem força relativa	Cinco Dinastias e reinos do sul	Fatímidas avançam no Magrebe
938	Abássidas sob emires militares	Otônidas crescem na Germânia; Bizâncio ativo	Poderes indianos regionais	Ngo Quyen vence no Bach Dang; autonomia vietnamita	Portos suaílis iniciais conectam litoral
945	Búidas entram em Bagdá	Constantino VII governa em Constantinopla	Cholas e Rashtrakutas competem	Liao e estados chineses coexistem	Núbia, Etiópia e Sahel mantêm redes próprias

Data	Califados e Mediterrâneo	Europa e Roma oriental	Índia e Ásia interior	Leste e Sudeste Asiático	África e oceano Índico
960	Song fundada por Zhao Kuangyin	Otão I é coroado imperador em 962	Chalukyas ocidentais emergem depois	Song inicia reunificação parcial	Fatímidas preparam deslocamento para Egito
961-969	Fatímidas conquistam Egito em 969 e fundam Cairo	Roma retoma Creta em 961 e Antioquia em 969	Cholas ampliam-se no sul	Song incorpora vários reinos	Cairo e Aden reforçam corredores do mar Vermelho
988	Califados de Bagdá, Cairo e Córdoba coexistem	Cristianização da Rus associada a Vladimir	Cholas próximos da grande expansão de Rajaraja I	Song e Liao mantêm fronteira	Gana/Wagadu e cidades sahelianas entram em redes descritas
c. 1000	Abássidas sob Búidas; fatímidas e omíadas rivais	Basílio II, Otão III e monarquias cristãs coexistem	Cholas, Palas, Chalukyas e poderes de estepe	Song, Liao, Goryeo e Japão Heian coexistem	Núbia, Etiópia, Sahel e costa suaíli conectam várias rotas

Apêndice B. Quadros de coexistência

Fotografia 1: c. 600

O quadro inicial mostra impérios antigos ainda fortes e ordens novas apenas possíveis. Não projete califados, Tang ou carolíngios antes de sua formação.

Mediterrâneo e Europa	Irã, Índia e Ásia Central	Leste Asiático	África	Rotas e cidades
Roma oriental, Sassânidas, visigodos, francos e lombardos	Harsha em ascensão, Chalukyas, Pallavas, turcos	Sui, Goguryeo, Baekje, Silla, Japão Asuka	Axum, Nobátia, Makúria, Alódia, comunidades sahelianas	Constantinopla, Ctesifonte, Chang'an Sui, portos do mar Vermelho

Fotografia 2: c. 650

As conquistas árabes já alteraram o Mediterrâneo e o Irã, enquanto Tang e estados coreanos seguem suas próprias disputas.

Califado e Roma	Índia e Ásia Central	Leste Asiático	África	Rotas e cidades
Califado Rashidun, Roma oriental reduzida, reinos europeus	Chalukyas, Pallavas, poderes pós-Harsha, turcos e Tibete	Tang, Goguryeo, Baekje, Silla, Japão	Makúria e Alódia, Axum, Egito sob novo governo	Medina, Kufa, Basra, Fustat, Chang'an, Nara ainda futura

Fotografia 3: c. 700

Omíadas, Tang, Tibete e formações regionais coexistem; a ideia de um único "império mundial" não se sustenta.

Mediterrâneo e Islã	Índia e estepes	Leste e Sudeste Asiático	África	Pontos de contato
Omíadas, Roma oriental, francos, visigodos e lombardos	Chalukyas, Pallavas, segundo khaganato turco, Tibetanos	Tang, Silla, Balhae, Japão, Srivijaya	Reinos núbios, Axum pós-clássico, centros sahelianos	Damasco, Constantinopla, Chang'an, Palembang, Kairouan

Fotografia 4: c. 750

A revolução abássida ocorre no mesmo período em que uígures substituem turcos e Tang aproxima-se da crise de An Lushan.

Mediterrâneo e Islã	Índia e Ásia interior	Leste Asiático	África	Pontos de contato
Abássidas em formação, Omíadas de al-Andalus, Roma iconoclasta, carolíngios	Palas emergentes, Pratiharas, Rashtrakutas, uígures, Tibetanos	Tang, Silla, Balhae, Japão Nara	Makúria, Alódia, Axum regional, poderes do Sahel	Kufa, Damasco, Chang'an, Talas, portos do Golfo

Fotografia 5: c. 800

Bagdá, Constantinopla, Aachen e Chang'an pertencem a sistemas políticos contemporâneos, mas profundamente distintos.

Mediterrâneo e Europa	Índia e Ásia interior	Leste e Sudeste Asiático	África	Cidades e redes
Abássidas, Omíadas de Córdoba, Bizâncio, carolíngios, búlgaros	Palas, Pratiharas, Rashtrakutas, Tibetanos, uígures, cazares	Tang regionalizado, Silla, Balhae, Japão Heian inicial, Srivijaya, Angkor inicial	Aglábidas, Idríssidas, rustâmidas, Makúria, Wagadu provável	Bagdá, Córdoba, Constantinopla, Chang'an, Kanauj, Palembang

Fotografia 6: c. 850

A unidade abássida e Tang enfraquece, mas redes culturais e econômicas permanecem densas.

Islã e Europa	Índia e Ásia interior	Leste e Sudeste Asiático	África	Cidades e redes
Abássidas em Samarra, Córdoba, Bizâncio pós-iconoclasta, reinos carolíngios	Palas, Pratiharas, Rashtrakutas, Tibete fragmentado, uígures regionais	Tang, Silla, Balhae, Japão Heian, Srivijaya, Java e Angkor	Aglábidas, Idríssidas, Makúria, Alódia, Gana em formação	Samarra, Constantinopla, Nara-Heian, Siraf, Aden

Fotografia 7: c. 900

O mundo não está dividido entre "cristandade" e "Islã". Múltiplas ordens políticas cruzam essas categorias.

Mediterrâneo e Europa	Índia e Ásia interior	Leste Asiático	África	Cidades e redes
Abássidas, tulúnidas, Omíadas de Córdoba, Bizâncio, reinos pós-carolíngios	Palas, Pratiharas, Rashtrakutas, Cholas, cazares e magiares	Tang final, Silla tardia, Balhae, Japão Heian, Srivijaya	Reinos núbios, planalto etíope, poderes sahelianos, cidades costeiras	Bagdá, Fustat, Córdoba, Constantinopla, Guangzhou, Palembang

Fotografia 8: c. 950

Califas rivais, Búidas, Bizâncio, Otônidas, Liao e estados regionais demonstram soberanias simultâneas.

Islã e Mediterrâneo	Índia e estepes	Leste e Sudeste Asiático	África	Cidades e redes
Abássidas sob Búidas, Fatímidas, Córdoba, Bizâncio, Otônidas	Palas, Rashtrakutas, Cholas, Chalukyas, cazares, pechenegues	Cinco Dinastias, Liao, Goryeo, Japão Heian, Srivijaya, Angkor	Makúria, Alódia, Etiópia, Gana/Wagadu, Kanem inicial	Bagdá, Mahdia, Córdoba, Constantinopla, Kaifeng em ascensão

Fotografia 9: c. 1000

O final do volume apresenta redes conectadas, sem centro único e sem fronteiras modernas estáveis.

Mediterrâneo e Europa	Índia e Ásia interior	Leste e Sudeste Asiático	África	Cidades e redes
Abássidas, Fatímidas, Córdoba, Bizâncio, Otônidas, búlgaros, Rus	Cholas, Palas, Chalukyas, Ghaznávidas iniciais, pechenegues	Song, Liao, Goryeo, Japão Heian, Dai Co Viet, Srivijaya, Angkor	Reinos núbios, Etiópia, Wagadu/Gana, Kanem, costa suaíli	Cairo, Bagdá, Córdoba, Constantinopla, Kaifeng, Thanjavur, Kilwa inicial

Apêndice C. Matrizes comparativas

C.1 Mecanismos de governo

Formação	Centro	Intermediários	Receita	Integração
Califados	Califa, corte e capitais mutáveis	Governadores, secretários, juristas, elites urbanas	Terra, pessoas, alfândega, propriedades	Língua árabe, moeda, peregrinação, lei e redes
Roma oriental	Imperador e Constantinopla	Estrategos, oficiais, bispos, cidades	Impostos fundiários, moeda, propriedades	Identidade romana, ortodoxia, exército e diplomacia
Tang	Imperador, ministérios e capitais	Magistrados, aristocracias, chefes fronteiriços	Grão, tecidos, trabalho e depois Dois Impostos	Código, escrita, ritos, canais e investidura
Carolingianos e otônidas	Corte itinerante e rei-imperador	Condes, duques, bispos, mosteiros	Domínios, tributos, serviços e moeda	Cristianismo latino, assembleias e fidelidade
Índia e Sudeste Asiático	Corte e centros sagrados	Samantas, templos, portos, chefes	Terra, direitos fiscais, comércio, trabalho	Títulos, doações, culto, casamento e redistribuição
Estepes e África	Khagan ou rei e séquito	Chefes, clãs, cidades, comerciantes	Tributo, gado, rotas, ouro e produtos	Parentesco, juramento, ritual, mobilidade e mercado

C.2 Legitimidade

Recurso	Califados	Roma e Europa cristã	Ásia oriental	Índia, África e estepes
Genealogia	Família do Profeta, Quraysh, dinastias	Casas régias e alianças matrimoniais	Clã imperial e linhagens aristocráticas	Linhagens reais, ancestrais e chefias
Religião	Comunidade islâmica, justiça e patronagem	Ortodoxia, unção, santos e concílios	Mandato celeste, ritos, budismo e daoismo	Templos, brâmanes, budismo, cristianismos, cultos locais
Vitória	Conquista e proteção da comunidade	Defesa, reconquista e coroação	Pacificação e expansão de fronteiras	Tributo, expedições e redistribuição

Recurso	Califados	Roma e Europa cristã	Ásia oriental	Índia, África e estepes
Lei e ordem	Juízes, fiscalidade, moedas e sermão	Direito romano, capitulares e costumes	Códigos, exames e administração	Doações, juramentos, inscrições e mediação

C.3 Fronteiras e mobilidade

Tipo	Exemplo	Funcionamento	Agentes	Erro comum
Zona fortificada	Taurus entre califado e Roma	Raides, fortes, prisioneiros e tratados	Soldados, aldeões, resgatadores	Desenhar linha imóvel
Protetorado	Tang na Ásia Central	Guarnição, título e aliança	Oficiais, reis de oásis, turcos	Confundir investidura com domínio direto
Confederação	Turcos, uigures e pechenegues	Seguidores, tributo e redistribuição	Khagan, clãs, comerciantes	Chamar mobilidade de ausência de Estado
Hegemonia marítima	Srivijaya	Controle de nós, estreitos e alianças	Portos, chefes, monges, marinheiros	Colorir todo o mar como território
Corredor comercial	Saara e oceano Índico	Estações, guias, crédito e proteção	Mercadores, camelos, navios, comunidades	Imaginar viagem direta ponta a ponta

C.4 Crises, transformações e legados

Caso	Ruptura	Continuidade	Nova formação	Pergunta correta
Omíadas-Abássidas	Dinastia oriental cai em 750	Administração, Islã e redes regionais	Bagdá e Omíadas de Córdoba	Quem mudou de posição e qual instituição permaneceu?
Abássidas regionais	Perda de comando direto	Califa, árabe erudito, direito e comércio	Fatímidas, Búidas, Samânidas e outros	Fragmentação reduziu ou multiplicou centros?
Tang	Dinastia termina em 907	Administração, impressão, elites regionais	Cinco Dinastias, Song, Liao	O que foi herdado por rivais?
Carolingianos	Império é repartido	Mosteiros, escrita, títulos, aristocracias	Frâncias, Otônidas e principados	A partilha era fracasso ou regra dinástica?

Caso	Ruptura	Continuidade	Nova formação	Pergunta correta
Tibete e uigures	Centros imperiais se desfazem	Escrita, religião e comunidades	Reinos de Gansu, Tarim e Tibete regional	Como uma cultura sobrevive sem a dinastia?

Apêndice D. Glossário essencial

Abássidas: Dinastia califal que tomou o poder no Oriente em 750 e governou a partir do Iraque. Mesmo quando perdeu comando direto sobre províncias, o califa abássida permaneceu referência de legitimidade para muitos muçulmanos sunitas.

Arabização: Expansão do uso do árabe em administração, religião, literatura e vida urbana. O processo teve ritmos regionais e não deve ser confundido automaticamente com conquista ou conversão ao Islã.

Baqt: Nome dado ao conjunto de acordos entre o Egito governado por muçulmanos e o reino núbio de Makúria. Regulava paz e intercâmbios, mas seus termos e prática mudaram ao longo do tempo.

Basileus: Palavra grega para rei ou soberano, usada de modo destacado pelos imperadores romanos orientais. O título não substituiu a identidade política romana.

Barmécidas: Família de administradores ligada à corte abássida, poderosa no reinado de Harun al-Rashid e derrubada em 803. Exemplifica patronagem, serviço e vulnerabilidade de elites palacianas.

Califado: Instituição de liderança da comunidade muçulmana com autoridade política e religiosa variável. Omíadas, Abássidas, Fatímidas e Omíadas de Córdoba formularam reivindicações concorrentes.

Capitular: Texto normativo carolíngio dividido em capítulos. Podia orientar administração, Igreja, justiça ou campanha; sua promulgação não garante aplicação uniforme.

Cazar: Confederação e khaganato que controlou áreas entre Volga, Cáucaso e mar Negro. Parte de sua elite adotou o judaísmo, em cronologia e alcance debatidos.

Dhimmi: Categoria jurídica para certas comunidades não muçulmanas protegidas sob governo islâmico mediante obrigações específicas. A prática variou no tempo e no espaço.

Diwan: Registro, secretaria ou departamento administrativo no mundo islâmico. O termo podia designar listas de pagamentos, repartições fiscais ou coleções de poesia conforme o contexto.

Dois Impostos: Reforma Tang de 780 que reorganizou a cobrança em duas etapas anuais e deu maior peso à propriedade e riqueza, respondendo à crise dos antigos registros domésticos.

Emir: Comandante ou governante. Em diferentes épocas, emires foram governadores califais, chefes militares ou soberanos praticamente autônomos.

Fitna: Termo árabe associado a provação, dissensão ou guerra civil. Historiadores usam "primeira fitna" para os conflitos de 656-661 e "segunda fitna" para a crise iniciada após 680.

Fubing: Sistema militar associado a famílias registradas e unidades locais em Sui e Tang inicial. Mudou gradualmente e não deve ser imaginado como modelo imutável de camponeses-soldados.

Ghulam: Jovem dependente ou servidor, frequentemente usado para militares de condição servil no mundo islâmico. Posição jurídica e carreira variavam; o plural árabe é ghilman.

Hégira: Migração de Muhammad e seus seguidores de Meca para Medina, datada de 622 e adotada como início do calendário islâmico.

Iconoclasmo: Políticas e teologias contrárias ao uso religioso de imagens no Império Romano oriental dos séculos VIII e IX. A documentação preservada é majoritariamente favorável aos vencedores iconófilos.

Ismaelismo: Corrente xiita que reconhece uma linha específica de imãs a partir de Ismail ibn Jafar. Os Fatímidas construíram um califado ismaelita a partir de 909.

Jiedushi: Governador militar regional em Tang. Comandos de fronteira ganharam tropas e receitas, e vários se tornaram hereditários ou autônomos após a rebelião de An Lushan.

Jizya: Tributo pessoal associado, em formulações jurídicas clássicas, a determinados não muçulmanos. Documentos iniciais mostram terminologia e aplicação mais variáveis do que manuais posteriores sugerem.

Khagan: Título de soberania usado por governantes de confederações da Ásia interior. Pode ser traduzido por "grande câ", mas seus poderes dependiam de linhagem, seguidores e redistribuição.

Kharaj: Tributo sobre terra ou receita fundiária no governo islâmico. Definições e contribuintes mudaram conforme região e época.

Khitan: Povo e confederação da Ásia nordeste que fundou a dinastia Liao em 907. Liao governou populações pastoris e agrícolas por instituições diferenciadas.

Madhhab: Escola de interpretação jurídica islâmica. As principais escolas sunitas consolidaram-se progressivamente por ensino, textos e redes de juristas.

Mandala: Modelo historiográfico usado para campos de poder do Sul e Sudeste Asiático centrados em cortes, com autoridade graduada e sobreposta. Não é fronteira fixa nem nome nativo universal.

Mawali: Plural de mawla. Em contextos omíadas, frequentemente designa convertidos ou clientes não árabes ligados a grupos árabes, mas o termo possuía vários sentidos sociais e jurídicos.

Missi dominici: Enviados régios carolíngios encarregados de inspecionar regiões, comunicar ordens e ouvir queixas. Seu alcance dependia de cooperação local.

Monção: Sistema sazonal de ventos e chuvas do oceano Índico. A mudança regular da direção dos ventos organizava calendários de navegação.

Nomisma: Moeda de ouro romana oriental, continuidade do sólido. Sua estabilidade relativa foi importante para impostos, pagamentos e comércio.

Omíadas: Dinastia califal que governou de Damasco entre 661 e 750. Um ramo estabeleceu emirado em Córdoba em 756 e reivindicou o califado em 929.

Orkhon: Vale da Mongólia associado a capitais e inscrições turcas e uígures. Os monumentos do século VIII são fontes centrais para linguagem política turca antiga.

Ritsuryo: Sistema japonês de códigos penais e administrativos inspirado em modelos continentais. Regulava corte, províncias, impostos e status, mas sua execução era desigual.

Sahel: Faixa ecológica ao sul do Saara, entre ambientes desérticos e savanas mais úmidas. Abrigou agricultura, pastoreio, cidades e estados ligados a rotas transaarianas.

Samanta: Termo sânscrito usado para subordinado, vizinho, senhor ou aliado em diferentes inscrições. Samantas podiam integrar hierarquias régias mantendo bases próprias de poder.

Samarra: Capital abássida entre 836 e 892, fundada ao norte de Bagdá. Seus palácios, mesquitas e bairros militares revelam a escala da corte e de novas tropas.

Shoen: Propriedade ou domínio no Japão, frequentemente associado a direitos fiscais e patronagem de aristocratas, templos e santuários. Os shoen ampliaram a sobreposição de jurisdições.

Sigilografia: Estudo de selos. Selos de chumbo romanos orientais e de outros contextos permitem identificar cargos, pessoas, instituições e circulação administrativa.

Srivijaya: Formação política marítima centrada em Sumatra desde o século VII. Exerceu influência sobre estreitos, portos e redes budistas sem possuir fronteiras territoriais modernas.

Sunismo: Conjunto majoritário de tradições islâmicas que reconheceu formas específicas de comunidade, autoridade e sucessão. Suas escolas e instituições consolidaram-se historicamente, não de uma vez em 632.

Tema: Circunscrição militar-administrativa do Império Romano oriental. Os temas desenvolveram-se progressivamente a partir do século VII.

Tianxia: Expressão chinesa geralmente traduzida como "Tudo sob o Céu". Designava uma ordem moral e política centrada no soberano, mas sua aplicação diplomática era negociada.

Transoxiana: Região além do rio Oxus, aproximadamente entre Amu Darya e Syr Darya. Cidades sogdianas, turcos, califados e poderes chineses disputaram suas rotas.

Ulemá: Plural aportuguesado de ulama, estudiosos das ciências religiosas islâmicas. Sua autoridade derivava de aprendizado, transmissão e reputação, não apenas de nomeação estatal.

Umma: Comunidade dos crentes ou comunidade muçulmana. A ideia possui dimensões religiosas e políticas que variaram conforme época e autor.

Vizir: Alto ministro ou coordenador administrativo em governos islâmicos. Poderes do cargo mudaram entre dinastias e reinados.

Wagadu/Gana: Formação política do Sahel ocidental. "Gana" era título ou nome usado por autores árabes; "Wagadu" aparece em tradições soninquês. A cronologia inicial é debatida.

Xiismo: Família de tradições islâmicas que atribui autoridade especial a Ali e a linhas de imãs ligadas à família do Profeta. Inclui correntes distintas, como imamitas e ismaelitas.

Zanj: Termo árabe usado para populações da África oriental em diferentes contextos. A revolta Zanj de 869-883 reuniu grupos diversos no sul do Iraque; sua composição não deve ser reduzida a uma única origem.

Apêndice E. Laboratório de fontes e atividades

E.1 Ficha universal de análise

Identificação: registre autor ou instituição, língua, suporte, data de composição, data do objeto preservado e local de produção. Se a fonte é cópia posterior, separe a data do acontecimento da data do manuscrito.

Finalidade: pergunte quem era o público, qual ação o documento pretendia produzir e quem possuía autoridade para escrevê-lo. Uma inscrição celebra; um recibo comprova; uma crônica explica; um código prescreve.

Conteúdo: liste pessoas, lugares, títulos, recursos e ações. Marque o que o texto afirma diretamente e o que você inferiu.

Silêncios: identifique grupos ausentes, como trabalhadores, mulheres, derrotados ou populações sem escrita oficial. Silêncio pode resultar de gênero documental, não de inexistência.

Controle: compare a fonte com uma série independente, preferencialmente de outro gênero. Termine classificando conclusões como seguras, prováveis ou debatidas.

E.2 Moeda de Abd al-Malik

Observe uma moeda islâmica reformada do final do século VII. Registre metal, peso, inscrições, data e casa de cunhagem. Compare-a a moedas árabe-bizantinas ou árabe-sassânidas anteriores.

Pergunte o que muda quando imagens imperiais dão lugar a inscrições religiosas e afirmações de unicidade divina. A moeda circula muito além da corte: ela transforma pagamento cotidiano em suporte de soberania.

Não conclua que toda população compreendia igualmente as inscrições. Diferencie mensagem pretendida, alcance material e recepção.

Produto: uma legenda de 150 palavras para blog, com uma afirmação, duas evidências visuais e uma cautela.

E.3 Papiro fiscal do Egito

Escolha um papiro do século VII ou VIII com recibo, ordem de fornecimento ou correspondência administrativa. Identifique língua, datação e autoridade emissora. Verifique se o documento usa grego, copta, árabe ou mais de uma língua.

Reconstrua a cadeia entre aldeia, coletor e governador. Quais produtos, pessoas ou animais precisavam mover-se? O que o documento revela sobre continuidade de funcionários?

Compare com uma narrativa de conquista. O papiro pode mostrar como o novo governo funcionava depois da batalha, tema frequentemente ausente das crônicas.

E.4 Domo da Rocha

Analise planta, localização, mosaicos e inscrições do monumento concluído no reinado de Abd al-Malik. Evite chamá-lo automaticamente de mesquita congregacional: sua forma e função são específicas.

Mapeie três públicos possíveis: muçulmanos, cristãos e judeus em Jerusalém; peregrinos e elites; rivais políticos. Indique o que é seguro na inscrição e o que é hipótese sobre intenção.

Compare arquitetura e mensagem sem afirmar simples cópia bizantina. Apropriação transforma modelos.

E.5 Crônica da conquista

Escolha um episódio narrado por uma fonte árabe e por uma fonte siríaca, grega, armênia ou copta. Registre a distância temporal entre cada texto e o acontecimento.

Construa uma tabela com protagonistas, causas, números, sinais religiosos e resultado. Identifique convergências e contradições.

Não escolha uma fonte como "verdadeira" apenas por ser interna ou externa. Explique qual detalhe é mais plausível e por quê, usando arqueologia, papiro ou moeda como controle.

E.6 Inscrições de Orkhon

Leia uma tradução acadêmica de trechos das inscrições de Kül Tegin ou Bilge Khagan sem reproduzir passagens extensas. Identifique quem fala, quem é o público e quais ações definem um bom khagan.

Marque referências a Céu, povo, fome, riqueza, China e desunião. Pergunte como a inscrição transforma derrota e restauração em lição política.

Compare o autorretrato turco a uma história dinástica chinesa. O exercício mostra como a mesma diplomacia muda conforme o arquivo.

E.7 Documento de Dunhuang

No International Dunhuang Programme, escolha contrato, carta, calendário, texto religioso ou registro administrativo dos séculos VIII-X. Anote cota, língua, material e proveniência.

Descreva três informações de vida cotidiana que uma história imperial não forneceria. Depois identifique os limites: o documento representa uma pessoa, uma instituição ou prática ampla?

Produto: ficha de objeto com imagem licenciada, crédito institucional e explicação de 200 palavras.

E.8 Código Tang

Escolha uma norma em tradução moderna. Separe delito, status das pessoas, parentesco, punição e exceções. Pergunte qual hierarquia a lei pretende proteger.

Compare prescrição com um caso, epitáfio ou documento local, se disponível. Um código demonstra capacidade de formular norma; não prova aplicação automática.

Atividade adicional: reescreva o caso em linguagem contemporânea sem converter categorias Tang em direitos modernos equivalentes.

E.9 Censo e rebelião de An Lushan

Reúna números de domicílios registrados antes e depois da rebelião em uma obra acadêmica. Liste pelo menos quatro causas possíveis para a diferença: mortalidade, fuga, território perdido, mudança de registro ou evasão.

Crie dois gráficos: um intitulado incorretamente "mortos na rebelião" e outro corretamente "domicílios registrados". Explique por que o primeiro induz erro.

O objetivo é aprender que dado preciso pode sustentar conclusão imprecisa quando sua categoria é mal compreendida.

E.10 Selo bizantino

Escolha um selo de Dumbarton Oaks. Registre nome, cargo, invocação religiosa, iconografia e data aproximada. Localize a função no império.

Pergunte por que uma mensagem precisava ser selada e o que a circulação do objeto informa sobre administração. Compare vários selos do mesmo cargo para observar mudança de títulos.

Evite usar um único selo para desenhar uma província inteira. Séries são mais fortes que exemplares isolados.

E.11 Ícone e iconoclasmo

Compare um ícone anterior ou posterior à controvérsia com um texto do concílio de Niceia II. Identifique material, gestos, personagens e contexto ritual.

Explique a distinção teológica entre veneração e adoração sem reduzir o debate a gosto artístico. Depois procure como um opositor das imagens é representado por fontes iconófilas.

Produto: roteiro de três minutos que apresenta os dois argumentos e informa a assimetria documental.

E.12 Diploma carolíngio

Escolha um diploma de doação ou imunidade. Identifique doador, beneficiário, testemunhas, propriedade e direitos transferidos. Observe fórmulas e sinais de autenticação.

Desenhe a rede de interesses: rei, mosteiro, aristocrata, camponeses e oficiais. Quem ganha autoridade? Quem continua trabalhando a terra?

Compare a doação com uma placa de cobre indiana. Sem dizer que os sistemas eram iguais, identifique problemas políticos semelhantes resolvidos por meios documentais diferentes.

E.13 Placa de cobre indiana

Análise uma concessão dos séculos VII-X. Separe genealogia e elogio da parte operacional: aldeias, limites, impostos, imunidades e testemunhas.

Localize o território, mas não pinte toda a região como domínio direto do rei. Pergunte quais direitos foram transferidos e quais permaneceram com comunidades locais.

Classifique a placa como evidência de expansão agrária, patronagem religiosa e formação de intermediários, indicando o grau de segurança de cada conclusão.

E.14 Fonte árabe sobre Gana ou a costa africana

Escolha um geógrafo árabe em edição responsável. Registre quando escreveu, se viajou ao local e de quem poderia ter recebido informação.

Liste produtos, títulos, distâncias e descrições religiosas. Marque elementos observacionais, rumores e convenções sobre povos distantes.

Compare com arqueologia. Se texto e sítio não puderem ser ligados com segurança, preserve a incerteza em vez de forçar identificação.

E.15 Oficina de mapa de redes

Escolha uma mercadoria, como cerâmica Tang, prata islâmica, cavalos ou tecidos. Registre origem provável, nós intermediários e destino arqueológico.

Desenhe a rota com círculos de confiança: seguro para local de produção e achado; provável para corredores; debatido para identidades dos comerciantes. Não use uma seta contínua que sugira um único viajante.

Inclua trabalho e coerção: quem produziu, transportou, protegeu e tributou a mercadoria?

E.16 Projeto de linha do tempo comparada

Monte cinco colunas regionais e escolha um intervalo de cinquenta anos. Inclua eventos políticos, religiosos, econômicos e ambientais, distinguindo data pontual de processo longo.

Em seguida, escreva três sincronismos válidos e um sincronismo falso. O falso é aquele que transforma coincidência temporal em causalidade sem evidência.

Produto: infográfico acompanhado por notas de fonte e uma seção "o que este desenho não prova".

E.17 Projeto para blog, vídeo ou podcast

Escolha uma pergunta estreita: por que Bizâncio sobreviveu? Como Bagdá governava províncias? Tang era cosmopolita? Srivijaya tinha fronteiras? Quem coexistia em 800?

Estruture o texto em abertura, problema, três blocos de evidência, controvérsia e conclusão. Use no máximo uma citação curta de fonte primária, com edição e tradução identificadas. Prefira paráfrase autoral.

Para imagens, use acervos com licença explícita, domínio público ou autorização. Crédito deve incluir criador quando conhecido, título, data, instituição, identificador, licença e link.

Finalize com bibliografia de cinco itens: uma síntese, dois estudos especializados, uma fonte primária editada e um recurso institucional.

E.18 Perguntas para avaliação

1. Por que conquista, conversão, arabização e islamização precisam ser separados?
2. O que os temas bizantinos demonstram sobre reformas graduais?
3. Como o califado abássida permaneceu relevante depois de perder províncias?
4. Por que os censos Tang não podem ser usados como contagem direta de mortos?
5. Compare dois mecanismos de governo indireto em regiões diferentes.
6. Explique por que uma fronteira imperial era zona, não apenas linha.
7. O que distingue um império marítimo de um território contínuo?
8. Como religião fortalecia e limitava soberanos?
9. Por que a documentação africana exige combinação de métodos?
10. Defina "queda" em pelo menos quatro dimensões antes de aplicá-la a Tang ou aos carolíngios.

Bibliografia comentada

Sínteses, comparação e método

Burbank, Jane; Cooper, Frederick. *Empires in World History: Power and the Politics of Difference*. Princeton University Press, 2010. Comparação de longa duração centrada em políticas da diferença; útil para vocabulário, embora o período medieval ocupe apenas parte do livro.

Cook, Michael. *A History of the Muslim World: From Its Origins to the Dawn of Modernity*. Princeton University Press, 2024. Síntese ampla e atualizada, atenta a regiões além do núcleo árabe.

Hansen, Valerie. *The Year 1000: When Explorers Connected the World - and Globalization Began*. Scribner, 2020. Narrativa acessível das conexões em torno de 1000. A tese de "globalização" deve ser usada como provocação, não como consenso fechado.

Wickham, Chris. *Framing the Early Middle Ages: Europe and the Mediterranean, 400-800*. Oxford University Press, 2005. Comparação rigorosa de fiscalidade, aristocracias, economia e estados no Mediterrâneo e Europa.

Wickham, Chris. *Medieval Europe*. Yale University Press, 2016. Síntese clara que evita tratar a Europa medieval como caminho inevitável para o Estado moderno.

Frankopan, Peter. *The Silk Roads: A New History of the World*. Bloomsbury, 2015. Leitura envolvente para conexões eurasiáticas; precisa ser equilibrada com estudos regionais e cuidado contra um novo eixo único centrado nas "rotas".

Seland, Eivind Heldaas. *A Global History of the Ancient World: Asia, Europe and Africa before Islam*. Routledge, 2022. Ajuda a conectar o início do volume às estruturas anteriores sem imaginar ruptura completa em 600.

Sarris, Peter. *Empires of Faith: The Fall of Rome to the Rise of Islam, 500-700*. Oxford: Oxford University Press, 2011. Síntese de referência para a transição entre o mundo romano tardio e as novas ordens do século VII, com ênfase em estruturas sociais, econômicas e políticas.

Howard-Johnston, James. *The Last Great War of Antiquity*. Oxford: Oxford University Press, 2021. Estudo amplo da guerra romano-sassânida de 602-628 e de suas consequências, fundamental para a costura entre os Volumes 5 e 6.

Primeiros califados e sociedades islâmicas

Donner, Fred M. *The Early Islamic Conquests*. Princeton University Press, 1981. Estudo clássico sobre mobilização, estratégia e administração das conquistas.

Donner, Fred M. *Muhammad and the Believers: At the Origins of Islam*. Harvard University Press, 2010. Propõe uma comunidade inicial de crentes mais ampla; influente e debatido.

Hoyland, Robert G. *In God's Path: The Arab Conquests and the Creation of an Islamic Empire*. Oxford University Press, 2015. Integra fontes não árabes, arqueologia e história regional.

Hoyland, Robert G. *Seeing Islam as Others Saw It*. Darwin Press, 1997. Grande reunião comentada de fontes cristãs, judaicas e zoroastristas sobre o Islã inicial.

Kennedy, Hugh. *The Prophet and the Age of the Caliphates*. Routledge, 4ª edição. Síntese política de referência dos primeiros séculos islâmicos.

- Kennedy, Hugh. *The Great Arab Conquests*. Weidenfeld & Nicolson, 2007. Narrativa acessível das campanhas, melhor utilizada junto a estudos fiscais e sociais.
- Hawting, G. R. *The First Dynasty of Islam: The Umayyad Caliphate AD 661-750*. Routledge, 2ª edição, 2000. Introdução sólida aos omíadas e às guerras civis.
- Robinson, Chase F. *Empire and Elites after the Muslim Conquest*. Cambridge University Press, 2000. Examina o norte da Mesopotâmia e mostra como elites locais foram integradas.
- Robinson, Chase F. *Islamic Historiography*. Cambridge University Press, 2003. Guia para ler tradições históricas árabes como obras produzidas, transmitidas e editadas.
- Marshall, Andrew. *Rituals of Islamic Monarchy: Accession and Succession in the First Muslim Empire*. Edinburgh University Press, 2009. Analisa cerimônia, juramento e sucessão entre Antiguidade Tardia e califado.
- El-Hibri, Tayeb. *The Abbasid Caliphate: A History*. Cambridge University Press, 2021. Síntese recente que combina narrativa política e crítica das fontes.
- Kennedy, Hugh. *When Baghdad Ruled the Muslim World*. Da Capo, 2005. Introdução narrativa à corte abássida, útil para começar antes de estudos especializados.
- Gutas, Dimitri. *Greek Thought, Arabic Culture*. Routledge, 1998. Estudo essencial do movimento de tradução em Bagdá e de seus patronos.
- Cooperson, Michael. *Classical Arabic Biography: The Heirs of the Prophets in the Age of al-Ma'mun*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. Analisa a formação da biografia árabe clássica e sua relação com autoridade, transmissão e comunidades políticas e religiosas.
- Gordon, Matthew S. *The Breaking of a Thousand Swords*. State University of New York Press, 2001. História dos militares turcos e da crise de Samarra.
- Fierro, Maribel. *Abd al-Rahman III: The First Cordoban Caliph*. Oneworld, 2005. Biografia política do califado omíada ocidental.
- Lev, Yaacov. *State and Society in Fatimid Egypt*. Brill, 1991. Estudo institucional e social do poder fatímida.

Império Romano oriental e Europa

- Haldon, John. *The Empire That Would Not Die: The Paradox of Eastern Roman Survival, 640-740*. Harvard University Press, 2016. Pergunta diretamente por que o império sobreviveu às perdas do século VII.
- Brubaker, Leslie; Haldon, John. *Byzantium in the Iconoclast Era, c. 680-850: A History*. Cambridge University Press, 2011. Tratamento extenso da controvérsia e de seu contexto político e material.
- Kaldellis, Anthony. *The New Roman Empire: A History of Byzantium*. Oxford University Press, 2023. Síntese recente que preserva a autoidentificação romana e revisa narrativas tradicionais.
- Kaldellis, Anthony. *Streams of Gold, Rivers of Blood: The Rise and Fall of Byzantium, 955 A.D. to the First Crusade*. New York: Oxford University Press, 2017. Reavalia a expansão romana do século X e seus limites, útil para o encerramento cronológico deste volume.
- Whittow, Mark. *The Making of Orthodox Byzantium, 600-1025*. Macmillan, 1996. Obra interpretativa importante sobre geografia, fronteiras e recuperação.

- Shepard, Jonathan, org. *The Cambridge History of the Byzantine Empire c. 500-1492*. Cambridge University Press, 2008. Capítulos especializados e bibliografias por período.
- Curta, Florin. *Southeastern Europe in the Middle Ages, 500-1250*. Cambridge University Press, 2006. Integra Bálcãs, eslavos, búlgaros e arqueologia.
- Franklin, Simon; Shepard, Jonathan. *The Emergence of Rus, 750-1200*. Longman, 1996. Estudo equilibrado de rotas, elites e formação da Rus.
- McKitterick, Rosamond. *Charlemagne: The Formation of a European Identity*. Cambridge University Press, 2008. Reavalia governo, comunicação e imagem de Carlos Magno.
- Costambeys, Marios; Innes, Matthew; MacLean, Simon. *The Carolingian World*. Cambridge University Press, 2011. Síntese social e política que vai além da biografia imperial.
- Reuter, Timothy. *Germany in the Early Middle Ages, c. 800-1056*. Longman, 1991. Referência para carolíngios orientais e otônidas.
- Price, Neil. *Children of Ash and Elm: A History of the Vikings*. Basic Books, 2020. Síntese arqueológica e cultural ampla; capítulos devem ser cruzados com estudos regionais.
- Raffensperger, Christian. *Reimagining Europe: Kievan Rus' in the Medieval World*. Harvard University Press, 2012. Reposiciona a Rus dentro de redes dinásticas europeias.

China, Coreia, Japão e Vietnã

- Lewis, Mark Edward. *China's Cosmopolitan Empire: The Tang Dynasty*. Harvard University Press, 2009. Melhor porta de entrada temática para governo, sociedade, religião e cidades Tang.
- Twitchett, Denis, org. *The Cambridge History of China, volume 3: Sui and T'ang China, 589-906*. Cambridge University Press. Referência extensa para história política e institucional.
- Skaff, Jonathan Karam. *Sui-Tang China and Its Turko-Mongol Neighbors*. Oxford University Press, 2012. Essencial para superar a oposição entre China sedentária e estepes.
- Graff, David A. *Medieval Chinese Warfare, 300-900*. Routledge, 2002. Analisa instituições militares, logística e campanhas.
- Graff, David A.; Higham, Robin (orgs.). *A Military History of China. Updated Edition*. Lexington: University Press of Kentucky, 2012. Coletânea de longa duração; os capítulos sobre China medieval oferecem contexto comparativo para Sui, Tang e os poderes de fronteira.
- Tackett, Nicolas. *The Destruction of the Medieval Chinese Aristocracy*. Harvard University Asia Center, 2014. Reinterpreta a transição Tang-Song por prosopografia e geografia de elites.
- Standen, Naomi. *Unbounded Loyalty: Frontier Crossings in Liao China*. University of Hawai'i Press, 2007. Mostra identidades e lealdades flexíveis na fronteira Liao-Song.
- Hansen, Valerie. *The Open Empire: A History of China to 1600*. W. W. Norton, 2000. Síntese atenta a trocas e pluralidade regional.
- Holcombe, Charles. *A History of East Asia: From the Origins of Civilization to the Twenty-First Century*. Cambridge University Press. Boa moldura comparativa para China, Coreia, Japão e Vietnã.

Seth, Michael J. *A Concise History of Korea*. Rowman & Littlefield. Introdução segura, com atenção à relação entre fontes e nacionalismos modernos.

Farris, William Wayne. *Japan to 1600: A Social and Economic History*. University of Hawai'i Press, 2009. Corrige narrativas exclusivamente cortesãs por demografia, produção e sociedade.

Taylor, Keith W. *A History of the Vietnamese*. Cambridge University Press, 2013. Trata a formação vietnamita em longa duração e questiona categorias retrospectivas.

Índia e Sudeste Asiático

Singh, Upinder. *A History of Ancient and Early Medieval India*. Pearson, 2008. Síntese abundante em fontes, mapas e debates, recomendada como base geral.

Kulke, Hermann; Rothmund, Dietmar. *A History of India*. Routledge. Síntese clara de formações regionais e impérios.

Stein, Burton. *A History of India*. Wiley-Blackwell. Interpretação de longa duração, útil se confrontada com bibliografia mais recente.

Chattopadhyaya, B. D. *The Making of Early Medieval India*. Oxford University Press, 1994. Coletânea central sobre regionalização, cidades e formação política.

Ali, Daud. *Courtly Culture and Political Life in Early Medieval India*. Cambridge University Press, 2004. Reconstrói a corte como instituição e cultura política.

Hall, Kenneth R. *A History of Early Southeast Asia*. Rowman & Littlefield, 2011. Integra comércio marítimo e estados agrários sem reduzir a região à influência externa.

Miksic, John N.; Goh, Geok Yian. *Ancient Southeast Asia*. Routledge, 2017. Síntese arqueológica detalhada de cidades, monumentos e redes.

Wolters, O. W. *History, Culture, and Region in Southeast Asian Perspectives*. Cornell Southeast Asia Program, edição revista. Obra influente sobre localização de ideias e modelos regionais.

Tibete, turcos e Ásia interior

Beckwith, Christopher I. *The Tibetan Empire in Central Asia*. Princeton University Press, 1987. Reconstrução político-militar do império tibetano.

Golden, Peter B. *An Introduction to the History of the Turkic Peoples*. Harrassowitz, 1992. Referência abrangente para nomes, confederações e fontes.

Di Cosmo, Nicola. *Ancient China and Its Enemies*. Cambridge University Press, 2002. Embora comece antes do período, oferece método importante para estados de estepe e fronteiras chinesas.

Stark, Sören. *Die Alttürkenzeit in Mittel- und Zentralasien*. Reichert, 2008. Síntese arqueológica especializada sobre os primeiros impérios turcos.

Sinor, Denis, org. *The Cambridge History of Early Inner Asia*. Cambridge University Press, 1990. Capítulos clássicos; use com atualização arqueológica.

Golden, Peter B.; Ben-Shammai, Haggai; Róna-Tas, András, orgs. *The World of the Khazars*. Brill, 2007. Coletânea especializada sobre fontes, arqueologia e conversão.

África e oceano Índico

- El Fasi, Mohammed; Hrbek, Ivan, orgs. General History of Africa, volume III: Africa from the Seventh to the Eleventh Century. UNESCO. Obra de referência indispensável, disponível gratuitamente; alguns capítulos refletem debates da época de publicação.
- Fauvelle, François-Xavier. The Golden Rhinoceros: Histories of the African Middle Ages. Princeton University Press, 2018. Ensaio curto que combina arqueologia e texto com atenção à incerteza.
- Levtzion, Nehemia; Hopkins, J. F. P., orgs. Corpus of Early Arabic Sources for West African History. Markus Wiener. Coletânea fundamental de traduções, a ser lida com crítica de autoria e distância.
- Welsby, Derek A. The Medieval Kingdoms of Nubia. British Museum Press, 2002. Síntese arqueológica dos reinos cristãos do Nilo.
- Horton, Mark; Middleton, John. The Swahili: The Social Landscape of a Mercantile Society. Blackwell, 2000. Defende a formação africana e local da sociedade suaíli.
- Insoll, Timothy. The Archaeology of Islam in Sub-Saharan Africa. Cambridge University Press, 2003. Compara processos de islamização sem pressupor modelo único.
- Chaudhuri, K. N. Trade and Civilisation in the Indian Ocean. Cambridge University Press, 1985. Clássico sobre ritmos, portos e estruturas do comércio.
- Margariti, Roxani Eleni. Aden and the Indian Ocean Trade. University of North Carolina Press, 2007. Centrado em período posterior, mas metodologicamente valioso para cidades e comunidades mercantis.
- Lambourn, Elizabeth A. Abraham's Luggage: A Social Life of Things in the Medieval Indian Ocean World. Cambridge University Press, 2018. Usa documentos para reconstruir objetos, crédito, viagem e diáspora em fase posterior conectada às continuidades do volume.
- Wink, André. Al-Hind: The Making of the Indo-Islamic World, volume 1. Brill, 1990. Interpretação extensa das conexões entre mundo islâmico, Índia e oceano; compare com estudos regionais.

Fontes primárias em edições modernas

- Al-Tabari. The History of al-Tabari. State University of New York Press, coleção em vários volumes. Tradução de uma grande crônica abássida; cada volume precisa ser lido como narrativa do século IX baseada em tradições anteriores.
- Theophanes. The Chronicle of Theophanes Confessor. Tradução de Cyril Mango e Roger Scott. Oxford University Press, 1997. Fonte romana central para séculos VII-IX, com cronologia e posições religiosas próprias.
- Palmer, Andrew. The Seventh Century in the West-Syrian Chronicles. Liverpool University Press, 1993. Traduções e comentários de crônicas siríacas.
- Constantine Porphyrogenitus. De Administrando Imperio. Edição de Gyula Moravcsik e tradução de R. J. H. Jenkins. Dumbarton Oaks. Manual imperial do século X, valioso e politicamente orientado.
- Scholz, Bernhard Walter, trad. Carolingian Chronicles: Royal Frankish Annals and Nithard's Histories. University of Michigan Press. Fontes centrais para poder carolíngio e guerras civis.
- Dutton, Paul Edward, org. Carolingian Civilization: A Reader. University of Toronto Press. Seleção de capitulares, cartas, biografias e textos religiosos com contexto.

Johnson, Wallace, trad. *The T'ang Code*. Princeton University Press. Tradução jurídica fundamental, ideal para análise de hierarquia e prescrição.

Li Rongxi, trad. *The Great Tang Dynasty Record of the Western Regions*. Numata Center, 1996. Tradução do relato associado à viagem de Xuanzang.

Dotson, Brandon. *The Old Tibetan Annals: An Annotated Translation of Tibet's First History*. Austrian Academy of Sciences Press, 2009. Tradução e estudo dos anais de Dunhuang.

Yijing. *A Record of the Buddhist Religion as Practised in India and the Malay Archipelago*. Traduções modernas variadas. Fonte essencial para peregrinação e Srivijaya, sempre mediada pelos objetivos monásticos do autor.

Al-Masudi. *The Meadows of Gold*. Tradução abreviada de Paul Lunde e Caroline Stone. Penguin, 2007. Geografia e história do século X com informações de viagem, tradição e literatura.

Fontes digitais, cursos e documentários sérios

Critérios de seleção

Os recursos abaixo foram priorizados por vínculo com universidades, museus, bibliotecas, academias ou projetos acadêmicos reconhecidos. "Sério" não significa infalível: verifique autoria, data, bibliografia e diferença entre divulgação, catálogo e edição crítica. Plataformas de áudio e vídeo são portas de entrada, não substitutos para leitura das obras citadas.

Cursos e aulas gravadas

[Yale Open Courses - The Early Middle Ages, 284-1000](#)

Curso completo de Paul Freedman, com vídeo, áudio e transcrições. As aulas sobre conquistas islâmicas, Bizâncio e carolíngios são especialmente úteis. O foco é europeu-mediterrâneo; complete com os recursos asiáticos e africanos abaixo.

[Dumbarton Oaks - Resources for Byzantinists](#)

Portal acadêmico para selos, bibliografias, bases e projetos de estudos bizantinos. Adequado para localizar evidência primária e pesquisa especializada.

[Dumbarton Oaks Papers](#)

Periódico de referência em estudos bizantinos. Use busca por tema e leia resumo, método e bibliografia antes de artigos altamente especializados.

[British Museum Events - canal oficial](#)

Palestras, conversas de curadores e visitas guiadas. Procure a série sobre Silk Roads e confirme na descrição quem são os especialistas participantes.

[British Museum - playlist Silk Roads](#)

Vídeos curatoriais sobre objetos e conexões, úteis para transformar rotas abstratas em evidência material.

[BBC In Our Time - The Abbasid Caliphs](#)

Discussão com especialistas em formato de áudio. Boa introdução para Bagdá e sociedade abássida; confronte a linguagem de "era de ouro" com a bibliografia do capítulo 5.

[BBC In Our Time - The Carolingian Renaissance](#)

Mesa com medievalistas sobre Carlos Magno, reforma e limites do termo "Renascença".

[BBC In Our Time - Tang Era Poetry](#)

Programa centrado em poesia Tang. Use como entrada para cultura letrada, lembrando que poesia de elite não representa sozinha toda a sociedade.

Museus e cronologias comentadas

[Metropolitan Museum - The Art of the Umayyad Period, 661-750](#)

Ensaio de museu ligado a objetos e arquitetura. Útil para Domo da Rocha, moedas e cultura visual omíada.

[Metropolitan Museum - The Art of the Abbasid Period, 750-1258](#)

Introdução ilustrada a Bagdá, Samarra e circulação de estilos. Diferencie data do objeto e duração política do califado.

[Metropolitan Museum - Eastern Mediterranean, 500-1000](#)

Cronologia regional com objetos do Império Romano oriental e vizinhos. Use os links internos para examinar proveniência e licença.

[Metropolitan Museum - China, 500-1000](#)

Cronologia visual de Sui, Tang, Cinco Dinastias e Song inicial, adequada para sincronizar arte e política.

[Metropolitan Museum - Korea, 500-1000](#)

Linha do tempo de Três Reinos, Silla, Balhae e Goryeo, com acesso a objetos do acervo.

[Metropolitan Museum - Southeast Asia, 500-1000](#)

Cronologia para Srivijaya, Java, Champa e Khmer. Não converta datas tradicionais em certeza arqueológica sem conferir a nota.

[Smarthistory - Medieval Nubian Kingdoms](#)

Introdução acessível, revisada e fortemente visual aos reinos cristãos núbios. Serve de ponte para a obra de Welsby e o volume III da UNESCO.

[British Museum - Silk Roads exhibition](#)

Página de exposição e materiais associados. Excelente para histórias de objetos, desde que a narrativa curatorial seja tratada como síntese, não fonte primária.

Bases de fontes primárias

[International Dunhuang Programme](#)

Acervo colaborativo de manuscritos, pinturas, tecidos e objetos das rotas orientais. Registre sempre instituição detentora, número de catálogo e licença.

[Corpus Coranicum](#)

Projeto acadêmico com manuscritos corânicos antigos, variantes e contexto. A seção Manuscripta Coranica permite trabalhar com imagens e metadados.

[Arabic Papyrology Database](#)

Base de edições e metadados de documentos árabes desde o século VII. Requer atenção às abreviações editoriais e ao idioma da transcrição.

[Coptic SCRIPTORIUM](#)

Corpora coptas anotados, dicionário e ferramentas. Útil para língua e comunidades cristãs do Egito, não apenas para narrativa política.

[Siddham - Asian Inscriptions Database](#)

Base aberta de inscrições do Sul, Centro e Sudeste Asiático. Procure placas de cobre, textos dinásticos e registros de doação, verificando edição e imagens.

[Buddhist Digital Resource Center](#)

Grande arquivo de textos budistas tibetanos e de outras tradições. A presença digital de um texto não elimina a necessidade de conhecer data, edição e língua.

[Fordham Internet Medieval Sourcebook](#)

Seleção ampla de traduções e links. É útil para aulas, mas textos antigos em domínio público podem usar edições superadas; confira introdução e tradutor.

África, patrimônio e rotas

[UNESCO - General History of Africa](#)

Portal oficial da coleção. O volume III cobre do século VII ao XI e pode ser baixado gratuitamente em diferentes idiomas disponíveis.

[UNESCO - General History of Africa, volume III](#)

Edição abreviada digital do volume relevante. Use o sumário para selecionar capítulos regionais e observe a data original de publicação.

[UNESCO Silk Roads Programme](#)

Artigos, mapas e patrimônio ligados a rotas terrestres e marítimas. Prefira textos assinados e páginas com bibliografia.

[UNESCO - Chang'an-Tianshan Corridor](#)

Dossiê patrimonial com sítios e mapas do corredor oriental. Patrimônio mundial seleciona lugares; não representa sozinho toda a rede histórica.

Roteiro recomendado de estudo

Semana 1: leia capítulos 1 e 2, assista às aulas introdutórias de Yale e monte a cronologia de 600-700.

Semana 2: estude capítulos 3 a 5, compare uma moeda omíada, um papiro e uma crônica; depois ouça o programa sobre Abássidas.

Semana 3: leia capítulos 6 a 8, examine um selo em Dumbarton Oaks e um diploma carolíngio; assista à aula sobre Bizâncio e ao debate carolíngio.

Semana 4: leia capítulos 9 a 11, trabalhe com um documento do IDP e use as cronologias do Metropolitan para China, Coreia e Sudeste Asiático.

Semana 5: leia capítulos 12 e 13, compare uma placa do Siddham com uma inscrição de Orkhon ou documento tibetano.

Semana 6: leia capítulos 14 a 16 e o volume III da UNESCO; produza mapa do Saara ou oceano Índico com nós e graus de certeza.

Semana 7: escolha uma controvérsia, reúna cinco fontes e publique um texto autoral com seção explícita de limites e incertezas.

Continuação da coleção

O Volume 7 avançará aproximadamente de 1000 a 1300 d.C. Seu eixo será a multiplicação de impérios e redes antes da hegemonia mongol e durante sua formação: Song, Liao, Jin e Xi Xia; Seljúcidas e sultanatos islâmicos; Bizâncio e cruzadas; Cholas e formações do Sul e Sudeste Asiático; reinos africanos e Sahel; e, por fim, a expansão dos impérios mongóis. A pergunta central será como comércio, guerra, peregrinação, cidades e tecnologias de governo aproximaram regiões sem produzir uma única ordem mundial.

O mesmo método será mantido: evidências antes de certezas; comparação sem equivalência automática; coexistência explícita; atenção a colaboração, negociação, coerção e resistência; e bibliografia capaz de sustentar adaptação autoral para blog, aula, vídeo ou podcast.